



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

VILMACI CONCEIÇÃO DE JESUS

**A PERCEPÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS E MARISQUEIRAS (DO
RECÔNCAVO) ACERCA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM SUAS VIDAS
COTIDIANAS**

CACHOEIRA-BA
2019

VILMACI CONCEIÇÃO DE JESUS

**A PERCEPÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS E MARISQUEIRAS (DO
RECÔNCAVO) ACERCA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM SUAS VIDAS
COTIDIANAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como pré-requisito para obtenção do grau de bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Shanti Nitya Marengo

CACHOEIRA-BA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

J58p

Jesus, Vilmaci Conceição de.

A percepção dos pescadores artesanais e marisqueiras (do Recôncavo) acerca dos impactos socioambientais em suas vidas cotidianas / Vilmaci Conceição de Jesus; Cachoeira, BA, 2019.

67f.; il.; color.; 28 cm.

Orientador: Shanti Nitya Marengo.

Monografia - Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Centro de Artes, Humanidades e Letras.

1.Pesca artesanal - Aspectos sociais. 2.Pescadores - Aspectos ambientais. 3.Pescadores - Saúde. I.Título.

CDD: Ed. 21 - 639.2

VILMACI CONCEIÇÃO DE JESUS

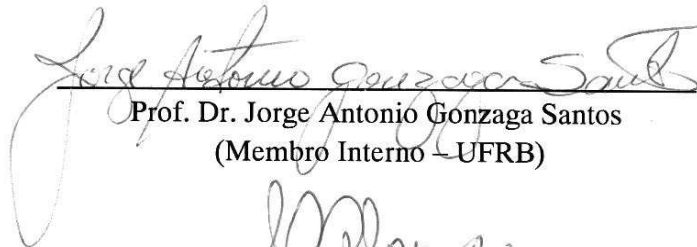
**A PERCEÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS E MARISQUEIRAS (DO
RECÔNCAVO) ACERCA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM SUAS VIDAS
COTIDIANAS**

Cachoeira – BA, aprovada em 06 de agosto 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Shanti Nitya Marengo
(Orientador – UFRB)



Prof. Dr. Jorge Antonio Gonzaga Santos
(Membro Interno – UFRB)



Prof.^a Ms. Silvia Cristina Arantes de Souza
(Membro Interno - UFRB)

À minha família.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, sem Ele nada existiria.

A minha mãe, Almerinda, por ser meu alicerce e a minha inspiração, a pessoa com quem posso contar sempre me apóia em minhas decisões, e se cheguei até aqui foi por sua causa. Ao meu pai João de Jesus (*in memoriam*) pelos ensinamentos.

A meu filho João Pedro pela paciência em suportar as minhas ausências.

Aos meus irmãos, Veraci, valdecy, judival que sempre estiveram ao meu lado me incentivando.

A Marcela Rebouças, minha irmã de coração pelo carinho, amizade e compreensão nesse momento da minha vida.

As amigas da faculdade Ana Cláudia, Cely, Iara, Milene e Tateane, pelos momentos que dividimos juntos durante a graduação dentro e fora da sala de aula.

Ao meu querido orientador, Shanti Nitya Marengo, pela amizade, paciência, estímulo e competência com que me acompanhou durante toda a realização deste trabalho.

A Banca Examinadora: Sílvia Cristina Arantes de Souza e Jorge Antônio Gonzaga dos Santos, pelo carinho, incentivo.

Supervisora de estágio Adriana neta e Daniela, pelo aprendizado.

Os pescadores e as marisqueiras do município de Santo Amaro e do Distrito de Maragogipinho, que colaboraram enormemente para realização desse trabalho, concedendo-me seus depoimentos, sobre as questões aqui tratadas.

A todos docentes pela colaboração com discussões e reflexões que contribuíram para conhecimento necessário da minha formação acadêmica.

A todos os amigos e colegas que fazem parte da minha vida, e que de alguma forma contribuíram para realização desse projeto.

Muito Obrigada!

O Lutador

Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes
como o javali.
Não me julgo louco.
Se o fosse, teria
poder de encantá-las...

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O presente estudo foi conduzido nos municípios de Santo Amaro e de Aratuípe, no distrito Maragogipinho, localizados no Recôncavo, as margens da Baía de Todos os Santos. O trabalho foi conduzido objetivando a responder aos seguintes questionamentos: 1 – em que condições os pescadores e marisqueiras realizam as suas atividades laborais? Qual a percepção destes trabalhadores sobre como as condições sociais e ambientais impactam as suas próprias vidas? 2 – Os pescadores e marisqueiras precisam exercer outras atividades para complementar as suas sobrevivências? 3 – Como o Estado tem contribuído para as condições atuais de reprodução socioeconômica dos trabalhadores da pesca? 4 - as fontes poluidoras dos manguezais afetam a vida dos trabalhadores da pesca? Para responder a estas perguntas foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo considerando a natureza subjetiva das percepções e experiências dos trabalhadores (as) da pesca, as quais não podem ser mensuradas, nem registradas integralmente enquanto fatos puramente objetivos. Não obstante também foram utilizados quantitativos do IBGE Os resultados do trabalho indicam que as marisqueiras vivem e trabalham em condições precárias, que pode ser evidenciado pela regularidade que os acidentes ocorrem assim como o desenvolvimento de doenças, em decorrência das práticas de trabalho. A contribuição do Estado no provimento de: saneamento básico nas residências no entorno dos manguezais; na infraestrutura mínima para que os pescadores e marisqueiras exerçam as suas atividades; e no uso de leis e multas mais rigorosas para indústrias se instalam próximas aos manguezais para que impactem menos os rios, tem sido mínima. A participação do Estado tem se restringido a criação de políticas públicas direcionada aos mais pobres e vulneráveis condição que as marisqueiras e pescadores se enquadram. Os pescadores e marisqueiras têm baixa percepção sobre a importância e os efeitos da poluição para a sua atividade laboral e para a sua saúde. A promoção de trabalho de conscientização desta comunidade sobre educação ambiental focado na preservação dos manguezais e saúde dos pescadores e marisqueiras contribuiria de forma significativa na redução da precarização da atividade de pesca artesanal na área de estudo.

Palavras-chave: vulnerabilidade socioambiental, saúde do trabalhador, manguezal, pesca artesanal

ABSTRACT

This study was conducted in the municipalities of Santo Amaro and Aratuípe, in the Maragogipinho district, located in Recôncavo, on the shores of Baía de Todos os Santos. The study aimed to answer the following questions: 1 - under what conditions do fishermen and shellfish farmers perform their work activities? What is the perception of these workers about how social and environmental conditions impact their own lives? 2 - Do fishermen and shellfish farmers need to carry out extra laboral activities to complement their income? 3 - How the state has contributed to the current socioeconomic reproduction conditions of the fishery workers? 4 - do mangrove polluting sources affect the lives of fishery workers? Considering the subjective nature of fisheries workers' perceptions and experiences, which cannot be measured or fully recorded as purely objective facts, a qualitative research was conducted to answer these questions. Nevertheless, IBGE quantitative data were also used. The frequency that accidents as well as the development of diseases occur due to the unhealthy working conditions and the precariousness of makeshift safety equipment. The State's contribution to providing: basic sanitation in residences around the mangroves; minimum infrastructure for fishermen and shellfish farmers to carry out their activities; and in the use of stricter laws and fines for industries set up near mangroves to have less impact on rivers, it has been minimal. State participation has been restricted to the creation of public policies aimed at the poorest and most vulnerable condition that shellfish and fishermen fall into. Fishermen and shellfish farmers have little perception of the importance and effects of pollution on their work activity and on their health. The promotion of awareness work of this community about environmental education focused on the preservation of mangroves and health of fishermen and shellfish farmers would contribute significantly in reducing the precariousness of artisanal fishing activity in the studied area.

Keyword: socioenvironmental vulnerability, occupational health, mangrove swamp, artisanal fishing

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização do Recôncavo histórico e os respectivos municípios.

Figura 2 – Mapa da Localização dos municípios de Santo Amaro, Aratuípe e Salvador

Figura 3 - Equipamento para proteção utilizado pelas marisqueiras.

Figura 4 - Ferramentas utilizadas pelas marisqueiras na prática da atividade

Figura 5 - Canoas atracadas no fundo de casa um trabalhador da pesca artesanal, no bairro Trapiche de Baixo.

Figura 6 - Processo de beneficiamento dos mariscos.

Figura 7- Fogueira usada para ferventação do marisco em frente a residência do bairro Invasão Nova Santo Amaro.

Figura 8 - utensílios utilizados para o beneficiamento do marisco.

Figura 9 – As florestas de manguezais destruídas pela ação dos homens.

Figura 10- mostra a inexistência dos serviços de saneamento no bairro Trapiche de Baixo.

Figura 11 que demonstram a falta de investimentos do poder público.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA - Área de Preservação Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

BTS - Baía de Todos os Santos

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensões

CCAAB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

CIA - Centro Industrial de Aratu

COBRAC- Companhia Brasileira de Chumbo

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social

COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari

EPI - Equipamento de Proteção Individual

IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de desenvolvimento Humano

INPS - Instituto Nacional Previdência Social

INEMA Instituto do Meio Ambiente

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LER - Lesão por Esforço Repetitivo

NOAA - Agência Oceanográfica Americana

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

RGP- Registro Geral da Pesca

RMS – Região Metropolitana

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente

SD – Seguro Defeso

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 INTRODUÇÃO	13
3 PERCURSO METODOLÓGICO	19
3.1 Materiais e métodos	21
4 CAPÍTULO I: AS PRECARIIDADES PRESENTES NA VIDA COTIDIANA DOS TRABALHADORES DA PESCA NO RECÔNCAVO HISTÓRICO	23
4.1 A Visibilização gradual dos trabalhadores/trabalhadora da pesca nas políticas públicas	25
4.2 O Caráter Ambiental da Precariedade da Vida dos Trabalhadores da Pesca no Recôncavo.....	30
5 CAPÍTULO II: A FORMA E O CONTEÚDO DA PRECARIIDADE DA VIDA DAS POPULAÇÕES PESQUEIRAS DA CIDADE DE SANTO AMARO E DO DISTRITO DE MARAGOGIPINHO.....	34
5.1 A Importância do Mangue, o Improviso, a Insuficiência e a Instabilidade da Atividade Pesqueira Artesanal	34
5.2 Poluição ambiental e o seu Reflexo no Cotidiano dos Trabalhadores da Pesca Artesanal	45
5.3 A Poluição na percepção dos Pescadores e Pescadora Artesanais.	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE.....	63

A PERCEÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS E MARISQUEIRAS (DO RECÔNCAVO) ACERCA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM SUAS VIDAS COTIDIANAS

1 APRESENTAÇÃO

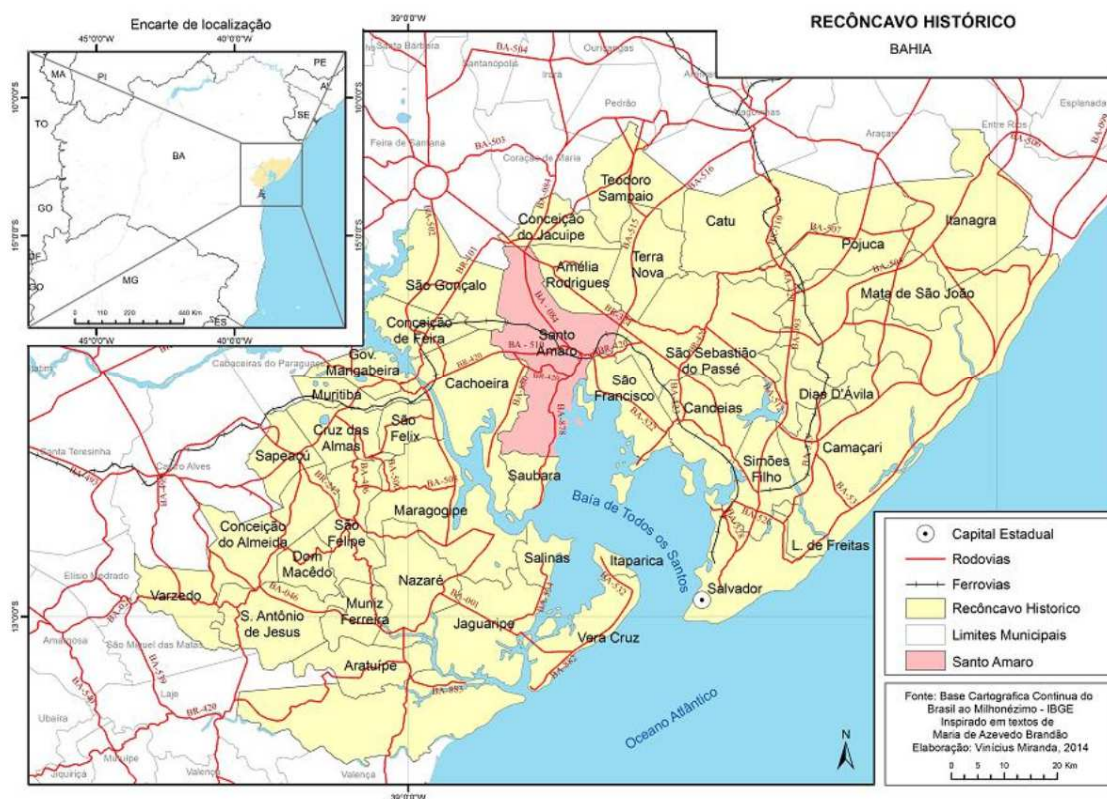
Nesse trabalho, se discutirá as condições de sobrevivência e a reprodução social e econômica dos trabalhadores da pesca que vivem em municípios que margeiam a Baía de Todos os Santos, uma região denominada de Recôncavo. Por conta da dimensão da região em questão e por ser um trabalho de conclusão de curso de graduação, a pesquisa se restringirá a sede do município de Santo Amaro e a Maragogipinho, distrito localizado no município de Aratuípe. Ambos os municípios se localizam no Recôncavo. Este trabalho parte de uma introdução na qual se desenvolveu uma contextualização temática e histórica, a fim de inserir qualificadamente o tema a ser discutido ao longo do TCC.

Em seguida se discutiu o recorte espacial, assim como os procedimentos metodológicos relacionados à coleta de dados primários e secundários mais a sistematização dos referidos dados para a utilização no texto do TCC.

O estudo foi estruturado em dois capítulos no capítulo, I no qual observou-se a existência precária dos trabalhadores da pesca artesanal no Recôncavo, o qual adjetivou-se de histórico, seguindo uma denominação usada por Maria de Azevedo Brandão, visto que a denominação Recôncavo, atualmente, se refere a uma região menor do que aquela que foi constituída historicamente desde o período colonial. Também no primeiro capítulo discutiu-se como o trabalhador da pesca artesanal foi se visibilizando e sendo gradativamente visibilizado pelas políticas públicas ao longo dos últimos anos. Por fim, nesta primeira parte é apontado como o conteúdo ambiental se soma relaciona à precariedade da existência desses trabalhadores no Recôncavo. No segundo capítulo se voltou para o recorte mais restrito sobre o qual se debruça este trabalho, o distrito sede do município de Santo Amaro e o distrito de Maragogipinho, no município de Aratuípe. Já no início do capítulo se focou nos conteúdos e paisagens de precariedade existentes em ambos os lugares. Continuou-se discutindo a importância do manguezal para a subsistência e reprodução social das comunidades em questão. Também se apresentou as fontes dos problemas ambientais que vem se constituindo desde o período colonial, intensificados com a urbanização e a industrialização. Sendo ressaltados os impactos que esses problemas têm causado a vida dos pescadores e marisqueiras, e como os mesmos percebem esses impactos. Por fim, as considerações finais mostram os resultados alcançados dessa pesquisa.

2 INTRODUÇÃO

Nesta seção discutir-se-á, panoramicamente, a construção do tema que aparece no título do trabalho em questão e que será explicado ao longo do mesmo. Dessa forma é necessário entender, a princípio, os elementos do tema que são “mais permanentes” do ponto de vista histórico, ou seja, aqueles que estão presentes há mais tempo no decurso da formação da problemática em questão, descritos no objetivo geral “interpretar o efeito da poluição e a contaminação da Baía de Todos os Santos na subsistência dos pescadores e pescadoras doravante marisqueiras dos municípios citados”. Nesse caso, precisa-se observar a formação dos municípios em questão, assim como, do grupo social escolhido: pescadores e pescadoras artesanais. Ora, primeiro, a necessidade de se pensar os dois municípios – Santo Amaro e Aratuípe – a partir da discussão de uma região específica, o Recôncavo Histórico¹ que moldura a Baía de Todos os Santos (**Figura 1**).



¹ É uma unidade marcada, desde o período colonial, por grandes diferenças sub-regionais, mas também por intensa complementaridade econômica e inter-relação social. Esta região compreendia o todo ou parte dos termos de sete antigas freguesias: Abrantes, Salvador, São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira (compreendendo a área do Baixo Paraguaçu, num raio de 50 km a partir da barra do rio, na Baía de Todos os Santos), Maragogipe e Jaguaripe. (BRANDÃO, 2007 P.24). A explicação sobre o Recôncavo vem nos materiais e métodos.

Figura 1: Localização do Recôncavo histórico e os respectivos municípios.

Dos séculos XVII ao XIX o Recôncavo foi uma região de grande importância econômica pela produção de cana-de-açúcar e fumo (SANTOS, 1959). A parte sul do Recôncavo, por exemplo, constituída pelo trecho navegável do baixo Rio Paraguaçu, apresentou o povoado (vila) de Cachoeira que, no período colonial, exportou os produtos produzidos ali (BAIARDI et al., 2007) e importou os produtos vindos de Salvador, ou de outros lugares, mas principalmente da capital.

A expansão e desenvolvimento do Recôncavo permitiu o crescimento das indústrias têxteis, açúcar refinado, charutos, fundições, chapéus (Baiardi *et al.*, (2007). As terras no entorno da BTS sempre foram prósperas, abundantes em recursos naturais. Sustentando variadas outras formas de economia, além daquelas que emergiam como dominantes. Azevedo (2011, p. 207) comenta que “sempre existiram atividades de subsistência representadas pela pesca, pelo extrativismo” independente, por exemplo, do ciclo do açúcar – no período colonial – ou das atividades relacionadas à extração de petróleo, mais contemporaneamente.

A partir do início do século XX se evidenciou no Recôncavo um período de estagnação econômica, principalmente nas cidades que dependiam da estrutura do açúcar e que foram as mais atingidas pela desativação das estradas de ferro e dos portos. Esse fato acarretou o esvaziamento de trabalho e, de pessoas que migraram para o sul do Brasil, em busca de oportunidades (BANDEIRA; BRITO, 2011). A produção do açúcar foi sendo redirecionada para outras regiões do Brasil, e, junto com ela, outros objetos associados. Ao mesmo tempo outras estruturas foram esquecidas. Nessa dinâmica, ferrovias foram sucateadas e portos tornaram-se ruínas. Todo o sistema flúvio-marítimo que viabilizou a economia baiana no Recôncavo durante séculos deixou de ter utilidade diante da opção pelo rodoviarismo feita pelo estado brasileiro ao longo regime militar, na segunda metade do século XX.

A população que permaneceu às margens da baía viu suas opções de sobrevivência serem gradativamente reduzidas ao extrativismo vegetal e animal, e as poucas possibilidades que surgiam, emergiram timidamente, conectadas ao centro hegemônico da economia nacional e complementares às atividades produtivas centralizadas, concentradas na região sudeste. Enfim, essas opções que surgiram foram chegando e sendo instaladas, por sua vez, naquela que seria chamada Região Metropolitana de Salvador (RMS, criada em 1973), uma parte eleita de um Recôncavo, que foi fragmentado, para concentrar as atividades econômicas referidas, as quais conseguiram envolver apenas uma parte da população economicamente

ativa da região. Na RMS se estabeleceram o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e o Centro Industrial de Aratu (CIA), as quais disponibilizaram empregos servindo a uma população expressiva que se firmou, principalmente, em Salvador.

A modernização do Recôncavo Histórico se reproduziu de forma desigual, modificando a antiga estrutura econômica da região e excluindo as cidades de São Félix, Maragogipe, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré dentre outras, das dinâmicas produtivas que se instalavam, sendo que as mesmas já vinham passando por um período econômico crítico em decorrência do declínio da cana-de-açúcar, fumo (PEDRÃO, 2011). A parte norte do Recôncavo (Região Metropolitana de Salvador), a partir da década de 1970, passou a concentrar as atividades industriais relacionadas ao refino de petróleo e à produção dos seus derivados, principalmente nas cidades de Camaçari, Candeias e São Francisco do Conde. A modernização da região, ainda que tenha propiciado crescimento econômico a alguns pontos do Recôncavo, também agravou as condições socioeconômicas da população que permaneceu na região (PEDRÃO, 2011), o que se deve ao fato dos impactos associados à intensificação das atividades industriais e da urbanização, os quais contribuíram para a degradação ambiental dos manguezais e conseqüentemente para o declínio da pesca artesanal e mariscagem. Os manguezais encontram-se ameaçados mesmo em vista da função central que eles possuem na existência das comunidades pesqueiras, uma vez que eles fornecem uma das poucas possibilidades de subsistência a um significativo de número de famílias que vivem no litoral do Recôncavo.

No Brasil, a Lei Federal 12.651/12, art. 4º, inciso VII, denominada atualmente como Código Florestal, os manguezais e toda sua extensão são considerados Área de Preservação Permanente (APP). Intensificando a importância da sua preservação, o Decreto nº 7595 de 05 de junho de 1999 do Governo do Estado da Bahia, em seu Art. 1º é dada a criação da APA da BTS com área estimada em 800 Km² e entre suas especificações, consta no inciso II do referido artigo “preservar os manguezais, assegurando a diversidade genética da fauna nativa e seus processos evolutivos naturais, em especial a avifauna migratória”. Ainda se tratando da Bahia, a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado, inserida na Lei Estadual nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006, também dispõe da preservação permanente dos manguezais em seu Inciso I (Bahia, 2006). E apesar da “farta” legislação que temos, além dos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto do Meio Ambiente (INEMA) que atua conjuntamente com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), observa-se que a expansão urbana e industrial, juntamente com a ineficiência da gestão socioambiental tem permitido um desequilíbrio constante nos manguezais e, por

consequente, prejudicado a todos que dele dependem como meio de sobrevivência, principalmente as comunidades pesqueiras que vivem em municípios e comunidades no entorno da BTS.

Historicamente, o desenvolvimento industrial da BTS iniciou-se em 1939 com a descoberta dos primeiros campos de petróleo até a construção, em 1950, da Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe. Na década de 1970, seriam instalados o Centro Industrial de Camaçari (maior complexo petroquímico do hemisfério Sul) e o Complexo Industrial de Aratu (Andrade et al., 2017). Por volta de 1960, instalava-se no município de Santo Amaro uma minero-metalúrgica para beneficiamento de chumbo, a qual deixou um passivo ambiental que será discutido mais adiante. As atividades realizadas por estas empresas, seja para extração e obtenção de petróleo (Alencar et al., 2016), ou beneficiamento de minérios, associadas com a ausência de saneamento básico, levaram e levam à BTS poluentes que afetam a qualidade das águas, reprodução, desenvolvimento e mobilidade da fauna e flora.

O impacto da presença de poluentes nos manguezais (berçário de diversas espécies de peixes e mariscos) tem implicação na qualidade do pescado e na saúde dos(as) pescadores(as) e dos consumidores, os quais são expostos ao consumo de alimentos potencialmente tóxicos. Este é um fato de maior preocupação, pois diversas famílias dependem do extrativismo pesqueiro como fonte de renda principal ou complementar. Adicional a estes fatores, muitos municípios não contam com serviços básicos de saneamento e saúde de qualidade, os quais somados ao alto índice de desemprego contribuem concomitantemente para uma situação de vulnerabilidade social² e econômica.

Na parte sul do Recôncavo Histórico estão localizados os municípios de Santo Amaro³ e Aratuípe (distrito Maragogipinho)⁴, onde se localizam os lugares do campo desse trabalho. Ambos os municípios comportam manguezais em seus respectivos territórios, inclusive

²A “vulnerabilidade social indica uma predisposição à precarização, vitimização, agressão substituí-la por forças e resistências, além de eliminar os fatores de risco é uma forma de combatê-la” (SPOSATI, 2009, p. 34). A autora ainda reforça que “atuar com a vulnerabilidade significa reduzir fragilidade e capacitar potencialidades” (SPOSATI, 2009, p. 24), além de que risco e vulnerabilidade não são sinônimos, e que não estão resumidos à pobreza.

³Santo Amaro é um município do território de identidade Recôncavo, com distância estimada de 82 km da capital Salvador. Santo Amaro ocupa uma área territorial de 489,323 km² e com a população estimada em 59.512 mil. O Índice de desenvolvimento Humano (IDH) igual 0,646 considerado médio segundo dados do IBGE (2018). Conforme Rios e Germani (2012), dado retirado do boletim de Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil consta que o município de Santo Amaro possui três comunidades pesqueiras: o distrito de Acupe e os subdistritos de Itapema e São Brás.

⁴A área territorial do município de Aratuípe e de 174,012 km² e possui uma população estimada de 8.813, sendo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual 0,575 (censo 2010), considerado médio, segundo a ONU. O distrito de Maragogipinho, onde se desenvolveu a pesquisa em questão pertence ao município de Aratuípe, e fica a 225 km de Salvador. Atualmente, o referido distrito é considerado o maior centro de produção artesanal de cerâmica da Bahia, além de ter a pesca artesanal ao longo do rio Jaguaripe como fonte de renda familiar (Iaçanã Simões, 2016).

margeando seus rios urbanos (Subaé e Jaguaripe), figura 2, nos quais têm sido descartados poluentes industriais (olarias, por exemplo), domésticos, agrícolas.

O distrito de Maragogipinho tem um histórico da produção artesanal de peças de barro através de diversas olarias. Por causa dessa produção, que usa o óxido de chumbo no processo de vitrificação de seus produtos (ALLEGRETTI, 2004), tem se registrado a presença de chumbo também no distrito de Maragogipinho. Costa e colaboradores (2016) avaliaram, a presença de chumbo na espécie aratu (*Goniopsis cruentata*) na região e concluíram que os organismos apresentavam baixas concentrações de chumbo na parte comestíveis, entretanto, após cozidos em forma de moqueca nas panelas produzidas em Maragogipinho os níveis foram cerca de seis vezes superiores aos apresentados na Resolução 42/2013 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A presença de poluentes nas águas dos rios e nos manguezais afeta a vida da população que depende destes meios para abastecimento e subsistência.

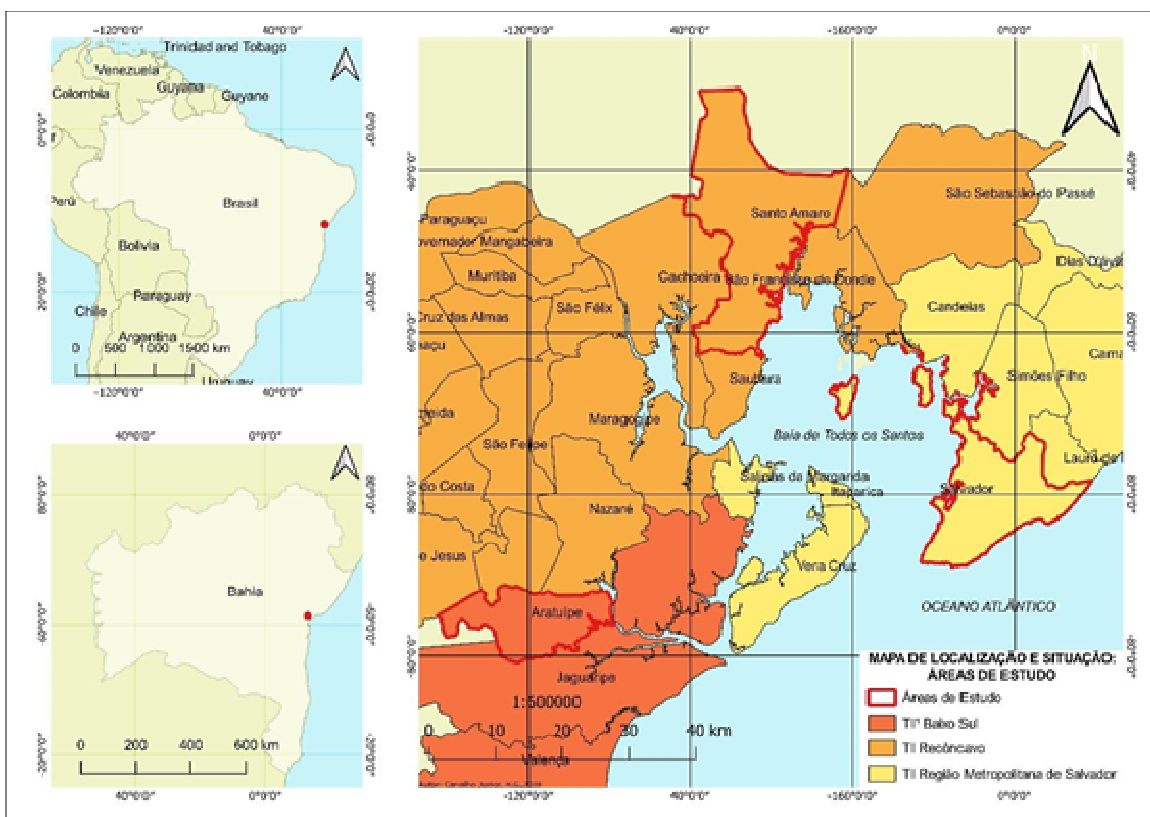


Figura 2. Localização dos municípios de Santo Amaro, Aratuípe e Salvador.
Fonte: Hélio Guedes de carvalho Junior, 2019.

No município de Santo Amaro, as atividades da minero metalúrgica Plumbum, produziram cerca de 490 mil toneladas de escória, constituídas por 3% de chumbo (Pb), 21%

de cádmio (Cd) e 13% de zinco (Zn), as quais foram sendo depositadas no terreno da empresa durante seus 33 anos de atividade de beneficiamento do minério galena. Este material – a escória – está sendo, gradativamente, integrado aos manguezais do rio Subaé através do transbordamento da bacia de rejeito, resultando na contaminação do rio e do seu estuário, afetando os manguezais e organismos que ali habitam, além da saúde da população (SANTOS et al., 2010; BOMFIM et al., 2015). Inclusive já existem trabalhos que indicam a concentração de metais pesados, acima dos níveis preconizados⁵, na flora e fauna do manguezal que se espalha ao longo do estuário do rio Subaé. Adicional a esta fonte poluidora, a população vem sofrendo as consequências do lançamento de efluentes na bacia do Subaé pela fábrica de papel Penha (CALAZANS et al., 2017).

A presença de metais pesados nos manguezais de ambos municípios é um fato que não se pode ignorar, nem minimizar, visto que os peixes, mariscos e camarões são organismos que podem bioacumular estes elementos, os quais são fonte de renda e subsistência para comunidades ribeirinhas, cujas populações também são afetadas por estes elementos químicos que são tóxicos para os seres humanos.

Associado às atividades de processamento de chumbo e das olarias, Santo Amaro e Maragogipinho não são atendidos de forma eficiente com serviços básicos essenciais oferecidos para que a população tenha melhor qualidade de vida. Segundo o censo do IBGE (2010), 59,1% da população de Santo Amaro tinha acesso a domicílio com esgotamento sanitário adequado. Em Aratuípe, apenas 21,6% dos domicílios urbanos têm acesso a esgotamento sanitário adequado e encontra-se em vias públicas urbanizadas com existência de bueiros, calçamento e meio fio. O distrito de Maragogipinho não tem informações específicas divulgadas pelo IBGE.

Em suma, o problema ambiental que esse trabalho procura analisar tem várias dimensões que se combinam, tornando-o complexo e cheio de sutilezas. Entre estas dimensões, como se vê, a dimensão social “salta a vista” e acerca dela, por conta da formação (em Serviço Social) dessa autora, far-se-á uma análise mais detida.

A intervenção de assistentes sociais nas questões ambientais tornou-se frequente a partir de 2001, quando surgiram relevantes pesquisas sobre movimentos sociais urbanos na gestão socioambiental e jurídica em diversas cidades brasileiras; diagnóstico socioeconômico e ambiental; educação ambiental e indicadores de desenvolvimento local sustentável (CARVALHO; SILVA; SILVA, 2005). Quando a discussão ambiental é inserida

⁵ Na Resolução 420/2009 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA, 2009) e na Agência Oceanográfica Americana (NOAA, 1999)

na sociedade, causando interesses conflituosos e divergentes, a questão ambiental pode ser reconhecida como uma manifestação da questão social⁶.

Neste contexto é de suma importância compreender a atuação do assistente social nas questões socioambientais, que vêm se apropriando desse campo de conhecimento visando debatê-lo com o objetivo de intervir junto a indivíduos, famílias, comunidades e movimentos sociais, através de ações que visem fortalecer a autonomia, participação e exercício de cidadania, pautado nos princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social, com vistas à superação da desigualdade e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego (CFESS, 2010).

Considerando que o Serviço Social atua nas manifestações da questão social na perspectiva da defesa dos direitos, este trabalho tem como objetivo geral interpretar o efeito dos impactos ambientais nas famílias de pescadores (as) no município de Santo Amaro e no distrito de Maragogipinho (município de Aratuípe). Para atender tal objetivo, este estudo foi conduzido para:

1. Analisar em que condições os pescadores e marisqueiras realizam as suas atividades laborais. E a percepção destes trabalhadores sobre e como as condições sociais e ambientais impactam as suas próprias vidas;
2. . Discutir como os pescadores e marisqueiras precisam exercer outras atividades para complementar as suas sobrevivências;
3. Observar como o Estado, nas suas diversas instâncias político-administrativas, contribuiu nos últimos anos, para as condições atuais de reprodução socioeconômica dos trabalhadores da pesca;
4. Discutir as fontes poluidoras dos manguezais das áreas de estudo e como as mesmas afetam, atualmente, a vida dos trabalhadores da pesca.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos referidos na seção anterior, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo com o fim de abranger as particularidades desse estudo, considerando a natureza subjetiva das percepções e experiências dos trabalhadores (as) da pesca, as quais não podem ser mensuradas, nem registradas integralmente enquanto fatos puramente objetivos. A

⁶ Questão social pode ser apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999).

pesquisa qualitativa preocupa-se em trabalhar “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2012, p. 22). Chama-se atenção, entretanto, ao fato de que nesta pesquisa não foram usados apenas dados de caráter qualitativo, mas também dados quantitativos gerados por instituições como o IBGE.

Segundo Martinelli (2009), trabalhar com menor número de pessoas reforça o diferencial da pesquisa qualitativa, pois com pequenos grupos, explora-se mais os aspectos da subjetividade dos indivíduos envolvidos. Assim, o importante é a densidade da experiência e não a extensão do grupo.

A pesquisa concentrou-se no grupo social pescadores e pescadoras artesanais que habitam o Recôncavo, cuja subsistência depende diretamente do extrativismo pesqueiro, como renda principal ou complementar. Homens e mulheres que subsistem na região desprotegidos pelo Estado, nas suas diversas instâncias. O interesse em trabalhar esse grupo foi construído em diálogo com a pesquisa “Desenvolvimento do Índice de Qualidade das Florestas de Manguezais na Baía de Todos Santos”, desenvolvida pelo Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), cujos pontos de coleta de material para geração de amostras se distribuem por vários municípios às margens da baía. No entanto, para o trabalho de conclusão de curso escolheram-se dois pontos – a cidade de Santo Amaro e o distrito de Maragogipinho, em Aratuípe –, nas proximidades dos quais foram produzidas as entrevistas e fotografias, enquanto dados primários de pesquisa. Ambos os pontos subsidiaram a pesquisa no objetivo de realizar uma comparação sobre como a poluição ocorre e é percebida pelos pescadores e pescadoras em ambos os lugares

O ponto inicial do recorte temporal será dado pelo início do processo de modernização da Bahia, centralizado pela Região Metropolitana de Salvador e concentrado nela, a partir da década de 1970, quando o processo de ocupação urbano-industrial se intensifica às margens da Baía de Todos os Santos. O ponto final do recorte temporal será o momento atual. O recorte espacial, além de se balizar pela pesquisa “Desenvolvimento do Índice de Qualidade das Florestas de manguezais na Baía de Todos Santos”, também levou em conta os pontos onde se concentram os pescadores e pescadoras artesanais nos municípios de Santo Amaro – bairros de Trapiche de Baixo e Nova Santo Amaro – e de Aratuípe, distrito de Maragogipinho.

3.1 Materiais e métodos

Em um primeiro momento houve um reconhecimento do espaço relacionado à pesquisa através de uma atividade de campo exploratória (GIL, 2010) com vistas a uma investigação mais panorâmica acerca do objeto, buscando esclarecer e delimitar um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação do objeto. As atividades ocorreram em dois momentos, um na cidade de Santo Amaro (no dia 13 de julho de 2018), e o segundo no distrito de Maragogipinho (no dia 08 de agosto de 2018). Em ambos os momentos se percorreu e se delimitou a área de estudo. Também aconteceu um primeiro contato com as populações a serem entrevistadas, através de conversas informais (que, portanto, não foram gravadas, mas se transformaram em anotações de campo) para conhecer o público alvo da nossa pesquisa, além, dos primeiros registros fotográficos. Na ocasião, foram identificados os principais aspectos a serem analisados da área urbanizada do município (enfoque do trabalho), juntamente com outras características relevantes a serem posteriormente investigadas.

Realizou-se revisão bibliográfica com “bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 71). Consultaram-se, portanto, livros, artigos em periódicos especializados, dissertações, teses etc. Também se coletaram dados secundários em sítios virtuais especializados em gerá-los, como o IBGE. Neles foram coletados, por exemplo, dados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico dos recortes espaciais empíricos da pesquisa.

Uma vez que a pesquisa é predominantemente qualitativa e se precisou da aplicação de entrevistas semi-estruturadas o projeto teve que ser submetido ao comitê de ética da UFRB, a fim de que fosse garantido os parâmetros éticos mínimos no desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma somente se começou a realizar as entrevistas após a aprovação do projeto no referido comitê.

Neste trabalho utilizou-se a entrevista que é definida por Gil (2010, p.109) como “uma forma de interação social”. Nesse caso os indivíduos expõem, com maior liberdade, suas aspirações, suas ideias, seus pontos de vista sobre determinados assuntos através de conversas sem a preocupação com respostas prontas, o que não seria possível com a entrevista no formato questionário. Dentre as técnicas de coleta de dados, a entrevista é a mais segura e flexível. Dessa forma fez-se uso da entrevista semiestruturada com um roteiro definido em anexo dividido em duas seções: a primeira com perguntas sobre o perfil e levantamento socioeconômico; a segunda com perguntas direcionadas aos interesses e aos questionamentos do pesquisador em relação ao tema, focando na problemática situação do sujeito pescador/pescadora. As perguntas realizadas permitiram identificar o perfil econômico e

social dos pescadores e pescadoras, através de dados referentes ao nível de escolaridade, idade, tempo em que atua na pesca, modo como praticam atividade pesqueira (individual, familiar ou em grupo) etc.

As entrevistas foram gravadas possibilitando a transcrição integral dos depoimentos. Também foram realizados registros fotográficos das residências, ruas, locais de trabalho, evidenciando as condições precárias onde os pescadores/pescadoras vivem e como a atividade é constitutiva do cotidiano desses trabalhadores. Esses registros estarão presentes ao longo do texto. As entrevistas aconteceram, em Santo Amaro, nos dias 10 de janeiro de 2019 e 16 de abril de 2019, e em Maragogipinho, nos dias 06 de março de 2019 e 01 de abril de 2019. Participaram 22 pessoas sendo 14 marisqueiras e 8 pescadores. Durante as entrevistas houve momentos que alguns/algumas dos (as) pescadores (as) mostraram-se tímidos (as). Além disso, houve candidatos que desistiram de participarem das entrevistas, pois não se mostraram confortáveis com o fato delas serem gravadas, demonstrando um pouco de desconfiança em relação aos objetivos da pesquisa, ainda que a pesquisadora procurasse esclarecê-los(as) sobre eles. De qualquer modo, a vontade dos pescadores (as) foi imediatamente respeitada.

Na modalidade entrevista, na pesquisa qualitativa, não há um número preciso a ser delimitado, nem tampouco se preza pela quantidade. Conforme Martinelli: em determinado momento percebe-se “que as informações começam a se repetir e que, portanto, já há uma estabilidade na análise” (MARTINELLI, 2009, p. 37), ou seja, observa-se uma saturação nas respostas. Corroborando com a autora Gaskell (2011, p. 71) a qual afirma haver “um número limitado de interpretações, ou versões, da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas [...] há questões do tamanho do corpus a ser analisado”.

Os mapas foram utilizados, um, para mostrar o Recôncavo Histórico, e, dois, para mostrar a localização da área de estudo: os municípios de Santo Amaro, Aratuípe e a Região Metropolitana.

4 CAPÍTULO I: AS PRECARIIDADES PRESENTES NA VIDA COTIDIANA DOS TRABALHADORES DA PESCA NO RECÔNCAVO HISTÓRICO

As condições precárias de vida dos pescadores e pescadoras do Recôncavo é um fato construído historicamente e, como já foi dito, não é um conteúdo específico do grupo social referido. A precariedade é um conteúdo presente na vida de parcela significativa da população regional, e, por conseguinte, do espaço regional. Portanto referir-se a pobreza produzida no Recôncavo é também produzir um contexto necessário para explicar a pobreza dos pescadores e pescadoras artesanais.

O Recôncavo atualmente é uma região majoritariamente negra, uma herança do período colonial, no qual, como se sabe, a maior parte da mão de obra foi escrava e importada do continente africano. Essa população (mesmo após a abolição) e a região Recôncavo encontram-se a margem dos fluxos globais de capital. Dessa forma, não surpreende que, atualmente, a maior parte da população regional economicamente ativa, empregada ou não, embora contribua para sustentar a economia local/regional, vive atualmente em situação de risco e vulnerabilidade social

À medida que parte do Recôncavo foi sendo periférico pelo deslocamento da economia açucareira para outros espaços do território nacional, também foi sendo fragmentado e hierarquizado. A parte norte desta região, como já foi dito, continuou sendo espaço de passagem para fluxos informacionais relevantes, assim como para fluxos do grande capital. Ela foi regionalizada e renomeada como Região Metropolitana de Salvador, enquanto a parte sul foi gradualmente se tornando, mais um, espaço opaco (SANTOS, 2009), com alguns pontos iluminados pelo grande capital, pontos isolados, diretamente conectados aos centros do território nacional e internacional. Entretanto, ambas as partes do Recôncavo Histórico foram modernizadas, ainda que de formas distintas. Embora a maior parte das indústrias, que se territorializaram ao longo do século XX no Recôncavo Histórico, tenham escolhido sua parte norte, uma menor parte se territorializou na parte sul, afetando diretamente os espaços nos quais elas se instalaram. De acordo com Andrade (2007), os moradores desta região ainda sofrem com a pobreza, conflitos territoriais e pela falta de assistência do poder público que não atende as demandas por serviços de iluminação elétrica, saneamento básico, saúde e educação, os quais, quando oferecidos, o são de forma precária.

A parcela significativa da população, geralmente negra, fixa na parte sul do Recôncavo Histórico, e mesmo aquela que emigrou nas décadas de 1960 e 1970 para a região

metropolitana de Salvador, imergiu em um circuito inferior da economia (SANTOS, 2008). Em decorrência disso, essa população teve acesso parcial aos empregos formais, criando, por isso, táticas de sobrevivência para subsistirem na instabilidade e na desproteção social de um Estado negligente. Assim, ocuparam-se com as formas artesanais de extrativismo e com o fornecimento de produtos e serviços no mercado informal, a exemplo da pesca artesanal, a qual vem sendo explorada em ambientes próximos à costa com a utilização de técnicas relativamente simples (DIAS NETO, 2002). Rios e Germani (2012) em artigo sobre os pescadores e marisqueiras do distrito de Acupe, no município de Santo Amaro, registraram que foram os negros que indicaram a importância da maré como fonte de recurso, pois do mar e do mangue tinham o suficiente para sobreviver sem a dependência dos senhores do engenho.

No Recôncavo a pesca artesanal assume duas formas básicas: a pesca propriamente dita que consiste na captura, beneficiamento e comercialização de peixes, e a mariscagem, a qual, por sua vez, consiste na captura, beneficiamento e comercialização de mariscos. Apesar da indiscutível importância, a pesca permaneceu sem reconhecimento jurídico, continuando como prática informal, durante muito tempo (JESUS, 2016). O Código de Pesca 1967⁷, apenas mencionava a pesca artesanal como um ramo da pesca comercial. Somente com a aprovação da lei 11.959 de 2009 se regulamentou um conceito específico para pesca artesanal (SILVA E LEITÃO, 2016).

Ao longo do século XX, os pescadores e pescadoras artesanais eram sujeitos que subsistiam na região, em maior ou menor grau, desprotegidos da máquina estatal. Eram (e são, atualmente, ainda que em menor grau) homens e mulheres cuja subsistência depende diretamente do extrativismo pesqueiro como renda principal ou complementar e que possuem particularidades a serem descritas. Embora a atividade possibilite a estes sujeitos conseguirem renda e alimento ao mesmo tempo, estes são insuficientes para retirá-los da situação de instabilidade econômica e social, ao mesmo tempo em que são adquiridos à custa de exaustivo trabalho braçal. Pelo caráter artesanal da atividade e necessidade dos pescadores e pescadoras de cumprir trajetórias e desenvolverem relações específicas necessárias para sobrevivência imediata, não lhe são permitidas planejamento a médio e longo prazo.

À luz das pesquisas de Conceição (2017), em que a autora faz um estudo acerca da comunidade pesqueira de Acupe, no município de Santo Amaro, as mulheres entrevistadas que lidam com a mariscagem e pesca, afirmaram que foram obrigadas pelas condições financeiras de seus pais a seguirem o ofício, de modo que a maioria delas não conhece outro

⁷ Decreto-lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Revogou o Decreto-lei n. 794, de 19 de outubro de 1938, que até então regulava a pesca no Brasil.

modo de vida. Ainda, a partir deste mesmo estudo, é possível afirmar que as duras condições de trabalho, a baixa remuneração e a relativa desproteção social desestimulam a profissionalização dos pescadores e, principalmente (por serem maioria), pescadoras⁸ artesanais que atuam na mariscagem cotidianamente.

Sobre os percalços da realização da atividade de pesca e mariscagem por homens e mulheres das comunidades pesqueiras de Santo Amaro e Maragogipinho, é possível afirmar que estes sofrem, “na pele”, as marcas da profissão, literal e simbolicamente.

Muitas mulheres e homens que atuam na mariscagem podem ser surpreendidos por raios ou mesmo cair em buracos, pisar em vidros ou ostras, entre outros possíveis acidentes (ANDRADE, 2007). Isso porque, ao adentrar na lama dos manguezais, o indivíduo, mesmo com toda habilidade e atenção, está sujeito às dificuldades da atividade. Além disso, ainda existem doenças ocupacionais que podem acometer estes trabalhadores e trabalhadoras, tal como a LER – Lesão por Esforço Repetitivo (CIPA, 2013).

Em suma, as famílias de pescadores e pescadoras do Recôncavo vivem em uma situação de grande vulnerabilidade social e econômica por não poderem contar com o sistema de proteção social estatal e por dependerem de uma atividade que, pelo próprio caráter extrativista e artesanal, não pode lhes possibilitar uma renda regular. Neste contexto, em meio a um cenário de luta diária pela sobrevivência, existe uma série de obstáculos sociais, políticos e ambientais a serem superados pelas populações pesqueiras do Recôncavo Histórico em geral, o que inclui, portanto, as populações de Santo Amaro e Maragogipinho.

4.1 A Visibilização gradual dos trabalhadores/trabalhadora da pesca nas políticas públicas

Ainda que nas últimas décadas o Estado brasileiro tenha criado mecanismos responsáveis por propiciar algum grau de estabilidade para as famílias de pescadores e pescadoras – como a possibilidade dos mesmos se aposentarem pela Previdência Social enquanto segurados especiais (direito adquirido após a constituição de 1988), de receberem o seguro defeso - SD (criado em 1991) e a bolsa família (criado em 2003), e de terem o

⁸ De acordo com as autoras Roseni Santana de Jesus (2016) e Nádia dos Santos da Conceição (2017), há uma complexidade em torno das referidas identidades, bem como uma divisão de gênero marcante entre os moradores das comunidades pesqueiras, sendo que a maioria das mulheres se nomeia marisqueira, enquanto os homens são os pescadores.

reconhecimento jurídico da pesca enquanto atividade profissional – outras instabilidades ainda permanecem e outras se acrescentam, como a poluição, a falta de saneamento básico, as dificuldades de acesso à educação formal e aos serviços de saúde etc., elementos que, segundo o Comitê de Pesca da FAO, estão relacionados com a vulnerabilidade associada à pobreza (FAO, 2011) existente na maioria das comunidades de pescadores e pescadoras.

Aqui vale um pequeno retrospecto sobre a evolução do sistema público de proteção social. As primeiras ações governamentais voltadas para garantir a proteção social do cidadão no Brasil surgiram em meados da década de 1930 no governo de Vargas, onde as políticas sociais se desenvolveram de forma crescente respondendo às necessidades do processo de industrialização. Nesse cenário, o sistema protetivo se divide: de um lado restringe-se fortemente a categoria de trabalhadores formais e do outro lado invisibiliza trabalhadores informais. Trata-se de um “modelo de regulação pela benemerência” (SPOSATI, 1994, p.8).

Cabe destacar que o marco do percurso dessa iniciativa aconteceu “em 1923, com a Lei Eloy Chaves, uma legislação precursora de um sistema protetivo na esfera federal, com as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs)” (YAZBEK, 2012, p. 9). Nas décadas seguintes expandiu-se para Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), e a partir dos anos de 1996, passaram para Instituto Nacional Previdência Social (INPS), abrangendo outras categorias, incluído os trabalhadores rurais e pescadores. No entanto as distinções entre os tipos, quantidades e valores dos benefícios permaneceram, reforçando a desigualdade entre as categorias (BOSCHETTI, 2008).

Diante disso, observa-se que a construção histórica da proteção social no Brasil foi se estruturando a partir de duas vertentes: uma vinculada ao trabalho formal e a outra ligada ao conjunto de ações benevolentes e filantrópicas da sociedade civil (YASBEK, 2012 p.297). Com a Constituição Federal de 1988, novas bases foram colocadas para o atual Sistema, como a definição da Seguridade Social e o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em sociedade. Conforme prevê o artigo 194 dessa Legislação, a Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de iniciativa dos poderes e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2004).

De acordo com Yazbek (2012) a concepção de Seguridade, trazida pela Constituição brasileira de 1988, se apresentou como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, trajetória e em situações de renda insuficiente. Atualmente o modelo de previdência ainda continua com caráter

contributivo vinculado ao trabalho formal, contudo, qualquer pessoa, independente de vínculo empregatício, pode contribuir para a previdência social, passando a ser assegurado da previdência, além dos casos especiais.

No entanto é importante destacar que na década de 1960 os pescadores artesanais, assim como os trabalhadores rurais, foram umas das últimas categorias a serem incluídas na seguridade social, de forma desigual, quando comparado aos trabalhadores urbanos (AZEVEDO, 2015). Fato este descrito por Boschetti (2003), onde descreve que a proteção social no Brasil aconteceu gradativamente marcada pelas limitações, desigualdades, fragmentação das categorias profissionais.

Durante muito tempo a pesca artesanal no Brasil seguiu sem definição jurídica. Ela somente foi regulamentada pela lei nº 11.959, de 29 de julho de 2009 (SILVA, 2016). Antes disso, o setor pesqueiro era regulamentado juridicamente pelo Código de Pesca de 1967, nesse período a pesca era reconhecida como atividade importante para a economia brasileira, mas a pesca artesanal simplesmente era mencionada como ramo da pesca comercial. Com o Código de 1967 somente aos homens foi concedido o direito de pescador profissional, enquanto que o trabalho das mulheres era considerado mera extensão do trabalho doméstico ou auxiliar do homem na atividade pesqueira, assim “a falta de reconhecimento do trabalho das pescadoras impede seu acesso a muitos direitos conquistados pelas mulheres em outras atividades laborais” (SILVA; LEITÃO, 2012, p. 3).

Naquela conjuntura, o principal objetivo com a criação do Código de 1967 estava em torno das indústrias pesqueiras, em favorecer benefícios como a isenção de imposto, sendo assim, pouco se preocupava com a condição social de vida desses trabalhadores (VERA; SILVA, 2016).

Em 2009 a atividade da pesca foi regulamentada conforme a Lei 11.959, considerando todos os processos da pesca “exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa de recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009, Art. 4º). Nesse momento as mulheres ganharam espaço e passaram a se configurar como profissionais da pesca realizando suas atividades através do regime de economia familiar. O reconhecimento da pesca artesanal como atividade produtiva possibilitou a garantia de alguns benefícios previdenciários.

Para Oliveira e Silva (2012), a pesca artesanal no Brasil já se encontrava em lei desde 2003, mesmo que provisoriamente, e previa o benefício previdenciário do seguro desemprego aos pescadores na época do defeso. “trata-se de uma extensão do Programa Seguro-Desemprego dedicada a um trabalhador específico: o pescador com perfil artesanal. E, além

de estar voltado a este pescador, o seguro defeso (SD) também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro” (IPEA, 2014, p. 7).

O seguro defeso foi um direito conquistado pela categoria representante dos pescadores artesanais por conta da proibição da pesca e da captura de algumas espécies durante o seu período de reprodução. Dessa forma eles ficam impossibilitados de retirarem subsistência de seu trabalho (SILVA; LEITÃO, 2016). Esse benefício é resultado da ação conjunta de políticas sociais e ambientais as quais garantem ao pescador artesanal receber auxílio e, ao mesmo tempo, viabilizar a proteção dos ecossistemas de várias espécies marinhas, fluviais e lacustres cuja reprodução é facilitada nesse mesmo período (IPEA, 2014).

O SD foi criado pela Lei 8.287 no ano de 1991, que em 2003 passou a ser regulamentada pela Lei nº 10. 779, a qual prevê no Artigo. 1º que “o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período do defeso de atividade pesqueira para preservação da espécie”.

Para ter acesso ao benefício do SD, os pescadores precisam comprovar que exercem atividade da pesca de forma ininterrupta por um período de no mínimo três anos. Essa comprovação pode ser feita através do Registro Geral da Pesca (RGP), por meio de uma certidão de exercício pesqueiro, emitida pelo IBAMA, ou por uma declaração comprovando a vinculação desse trabalhador, emitida pelas Colônias de Pescadores. Também é possível a substituição dessa declaração por um atestado assinado por dois pescadores que já possuam o RGP (SILVA E LEITÃO, 2016).

São considerados habilitados para receber o benefício apenas aqueles que trabalham diretamente na captura das espécies, e que não possuam outra fonte de renda, não estendendo às atividades de apoio e aos familiares (IPEA, 2014). Para Azevedo (2015) o desconhecimento da realidade socioeconômica das comunidades pesqueira, pelos órgãos que regulam essa atividade, só contribuíram para aumentar a exclusão dos pescadores ao acesso do SD, exigindo que o mesmo dependa única e exclusivamente da pesca para manter sua subsistência, quando o valor adquirido nessa atividade é irrisório e instável, algo que essa pesquisadora pôde testemunhar diretamente nos lugares empíricos da pesquisa.

Mesmo após a explicação sobre o objeto da entrevista, as marisqueiras hesitavam em responder se desenvolviam outra atividade por medo de perderem o benefício. Quem tem direito a receber o benefício é quem exerce a atividade de pescar em rio e/ou mar. A

marisqueira, que pesca no mangue, ainda não possui direito a tais benefícios, visto que ainda não é reconhecida juridicamente.

A marisqueira XII, do município de Santo Amaro, pratica a mariscagem como o marido e tem outras ocupações, como fazer carroto para ajudar complementar a renda. Ela recebe o benefício do bolsa família e se cadastrou para o SD, mas ainda não conseguiu receber.

pego carro de mão na rua, eu faço carroto trabalho na rua, pegando carro de mão [...] recebo 257,00 reais do bolsa família, o defeso me cadastrei em 2013, só agora que meu nome veio, mas a carteira não veio, dei entrada de novo, a moça mandou passar o cartão par ver. O marisco a gente vende por semana faz 120 a 130 reais e vende por 15 reais o quilo, só de passagem paga 4,50 para ir 4,50 para voltar. No inverno não vende marisco por causa da chuva (marisqueira XII, 14 de abril de 2019).

A marisqueira IX desenvolve outras atividades para complementar a renda, mas não soube informar a quantia mensal, sendo o bolsa família o único valor fixo de 176 reais. Tem um bar e marisca, mas segundo ela não tem como prever a renda mensal “está tão difícil que nem sei como te dizer mais ou menos, o bar está difícil. Na rede no caso como eu pesco, em rede entro no mangue faço o que der para fazer, só que hoje está tão difícil, porque tem dias que a gente coloca a rede e não pega nada, nada” (Marisqueira IX, Maragogipinho, 01 de abril 2019).

tenho um barzinho para ajudar mais nas despesas [...] eu pego tudo na verdade, porque quando, por exemplo, está na proibição do camarão você vai passar fome, não pode, então você vai ali no mangue rapidinho [...] tira um aratu para sobrevivência, porque a gente não vai ficar só dependente do defeso. Eu mesmo estou desde 2014, porém nunca recebi defeso, eu vou ficar passando fome, não tenho condições. O INSS recorreu, não aceitou dei entrada, então não vou ficar esperando o defeso vir, sendo que tenho minha filha, minha vida. Tenho o bolsa família [...] 176.00 reais (Marisqueira IX, Maragogipinho, 01 de abril de 2019).

Marisqueira V, fala da sua dificuldade em conseguir outra fonte de renda, mesmo sendo baixo o valor adquirido com a venda dos mariscos, se não fosse a mariscagem poderia ser ainda mais difícil, como ela mesma conta “a gente até que procura mais está difícil, trabalhei assim, avulso na casa de uma senhora, trabalhei na feira vendendo, ajudando, mas a não ser isso, só mariscar mesmo”. Ela também destacou que o valor adquirido com os mariscos é baixo, além disso, conta com o auxílio do bolsa família e no período de proibição com o SD, contudo os dois não se complementam, e quanto a sua renda mensal varia, tem mês que é, “menos de um salário, porque também tenho minha renda da bolsa, e o defeso do camarão. O defeso é quatro meses: dois no início e dois no fim, é de um salário, e quando recebo o defeso, corta o bolsa família” (Marisqueira V, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019). Isso por que, para adquirir o SD, o pescador não poderia contar com rendimentos provenientes de transferências previdenciárias ou assistenciais, nem poderia dispor de

rendimentos oriundos de outras atividades que não a própria de pesca (IPEA, 2014). Sendo que, o benefício do bolsa família fica suspenso durante o período do defeso.

Assim, este período de defeso deve ser atendido pelos pescadores com rigor. Segundo a FAO (2009), a pesca predatória tem esgotado os estoques comerciais de peixes no mundo, acarretando assim, a extinção de diversas espécies em seus *habitats* naturais. Se não houver a preocupação com o período de reprodução das espécies que ainda existem, a tendência será esgotar todas as fontes. Sendo assim, a política do SD é de grande importância para a vida da população pesqueira, pois assegura amparo ao pescador artesanal, quando ele está impossibilitado de pescar por conta da proibição da captura de alguns pescados.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda que tem como objetivo melhorar a vida das famílias em situação de pobreza extrema. Criado pelo Governo Federal em 2003 na perspectiva da unificação dos programas de transferência de renda – o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás, o Cartão Alimentação, o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – é “considerado como um eixo estratégico para a integração de política de ações no enfrentamento da pobreza no acesso à educação e no combate ao trabalho infantil” (YAZBEK, 2012, p. 308).

Portanto, observa-se que legislações vigentes não foram suficientes para atender as questões postas, o acesso às políticas públicas não foi significativo, principalmente para as mulheres, as quais vêm de um processo de lutas e, ainda não são reconhecidas juridicamente por exercerem atividades de mariscagem, mesmo que algumas mulheres conseguiram o registro como pescadora e acessar o benefício do SD.

4.2 O Caráter Ambiental da Precariedade da Vida dos Trabalhadores da Pesca no Recôncavo

A pesca artesanal é uma atividade que segundo Pasquotto (2004) mescla condições objetivas como alimentação e renda com condições subjetivas através do conhecimento tradicional e dinâmica ambiental. Estas condições estão associadas com a necessidade a sobrevivência, a forma de obter peixes e mariscos e as alterações que acontecem nos manguezais, como oscilação das marés, condição ambiental que limita o acesso a estes espaços para obtenção de mariscos.

Uma grande limitação para a atividade pesqueira é a pressão das atividades antrópicas, as quais têm alterado o equilíbrio ecológico e ambiental (CARVALHO et al., 2012). As

consequências destas atividades inserem os pescadores e pescadoras em uma condição de vulnerabilidade, neste caso, socioambiental. Cardona (2001) sintetiza vulnerabilidade como uma predisposição ou suscetibilidade ambiental, econômica, política ou social que tem uma comunidade de ser afetada ou de sofrer danos os quais podem resultar na sua degradação ambiental ou social, em caso da manifestação de um fenômeno desestabilizador de origem natural ou humana.

Esta condição de vulnerabilidade a qual pescadores e pescadoras são expostos está associada a atividades que impactam diretamente os ecossistemas costeiros tais como descargas de resíduos domésticos, industriais e de mineração e derramamento de óleos oriundos de atividades petrolíferas que afetam a reprodução de peixes e mariscos que ali habitam. Dagnino e Carpi Junior (2007, p. 71) conceituam impactos de uma forma que associa muito bem com a atividade pesqueira: “efeitos e transformações provocadas pelas ações humanas nos aspectos do meio ambiente físico e que se refletem, por interação, nas condições ambientais que envolvem a vida humana”. O transporte e a extração de petróleo, por exemplo, ao longo da costa brasileira, onde a atividade é praticada, causa um substantivo impacto na pesca artesanal (IBAMA, 2005).

É importante salientar que os trabalhadores/trabalhadoras da pesca trabalham em posições desconfortáveis, em torno de quatro a seis horas por dia, expostos ao sol, aos insetos presentes no local e, muitas vezes, sem utilizar nenhum equipamento de proteção individual (EPI). O Ministério da Saúde disponibiliza uma cartilha que trata de questão a respeito das pescadoras artesanais informando dos perigos, agravos a saúde e dos equipamentos de segurança para serem utilizados individualmente “como óculos de proteção, luvas adequadas, botas especiais, meias e calça para o trabalho sob condições de imersão em água e lama”. (BRASIL, 2018, P.14). No entanto, entre as marisqueiras pouco se conhece dessa cartilha.

Nas entrevistas realizadas foi possível constatar as condições precárias de trabalho vivenciadas através dos riscos à saúde e uso de apetrechos⁹ e equipamentos de proteção improvisados estão demonstrados na Figura 3.

“Os quartos endurecidos foi de mariscar e ficar abaixada porque, se a gente tivesse lá embaixo, estava tomando esse sol todo nas costas e nos ossos, e quando vinha chuva, tomava a chuva também, e tudo no corpo só, que corpo aguenta” (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“O sapato que a gente usa é tênis velhos, se não sapato de borracha de câmara de ar, é os pescadores que fazem, é um pedaço de borracha dobrado com quatro furo de

⁹Apetrechos de pesca, tais como, canoas, motores, redes, tarrafas, facas de pescaria, gelo, iscas artificiais e naturais, linhas de arrasto, dentre outros; (ARATUÍPE, 2007).

um lado a outro bota a borracha enfia e amarra” (Marisqueira III, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“Eu levo luva, tem que ir com material luva, sapato, mas com o tempo ele vai furando por que não aguenta, bota é melhor, mas é pesada para a gente que é mulher” (Marisqueira V, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

Coloco roupas capote, uma blusa por dentro, calça de preferência jeans, porque pra mim a outra rasga rápido, coloca botina, meia. Eu que improviso vou no bazar ou então, chega um a pessoa aqui eu pego e falo, ah estou precisando de uma roupa pra ir para mangue, aí o pessoal manda de salvador (Marisqueira IX, Maragogipinho 01 de abril de 2019).

“Tenho a calça, sapato, o capote agente veste por causa do sol “Eu boto protetor. Antes usava gás¹⁰, mas só que nem uso mais às vezes que eu usava ficava me coçando, enchia de carocinho, parei de usar. Às vezes a gente usava óleo, isso repelente. Usa desse óleo que passa no cabelo, passa na pele o mosquito sente o cheiro e não morde não” (Marisqueira VII, Maragogipinho, 01 de abril de 2019).

“Nós usamos gás no corpo, para proteger dos mosquitos e da mutuca, a gente ainda levava o fogareiro para espantar mais os mosquitos” (Marisqueira XIV, Santo Amaro, 16 de abril de 2019).

“Uso calça, sorte saia, capote, me protejo toda, protetor solar no rosto, o sol esses dias estava castigando, eu uso, as pessoas não ligam muito para isso não” (Marisqueira XI, Maragogipinho, 01 de abril de 2019).

Vasconcelos et al. (2012) relatam em seu estudo sobre trabalho, meio ambiente e saúde de comunidades pesqueiras no Estado de Sergipe, que os pescadores nem sempre se hidratam e nem se alimentam de forma adequada, o que contribui para o desenvolvimento de doenças e problemas como desidratação, viroses, verminoses, alergias e dor de cabeça. Em entrevista com um pescador também de Santo Amaro, não houve relato direto da atividade pesqueira com problemas de saúde, mas com atividades exercidas anteriormente. “Da pescaria não sinto nada, mas sinto muitas coisas, um cansaço na batata das pernas, quando acordo e só sinto alívio quando começo a movimentar. Foi do tempo que trabalhava na fábrica, porque o chumbo é poluído” (Pescador I, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

As dores nas articulações relatadas pela Marisqueira I e pelo pescador I – no trabalho de Pena et al. (2011) quando avaliaram comunidades de pescadores e marisqueiras da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos – também não foram associadas, pelos mesmos, à atividade pesqueira.

A partir de conversas informais com pescadores do bairro Trapiche de Baixo (na cidade de Santo Amaro) obteve-se relevante testemunho sobre os perigos da pesca artesanal

¹⁰ Querosene, solvente derivado de petróleo, indicado para remoção de graxas, ceras, gorduras e diluição de tintas à base de óleo.

que ilustram bem um conteúdo de improviso e informalidade dessa atividade. Conforme depoimento de um pescador, ele sofreu vários acidentes, principalmente quando catava ostra; levou vários cortes profundos que demoraram a cicatrizar, porém, o mais grave foi quando caiu do barco que pescava com o primo. Segundo o próprio relatou, ele foi no fundo do rio e subiu no impulso, pois não sabia nadar (dados adquiridos em visita exploratória, Santo Amaro, 13 de julho de 2018).

Estes relatos podem ser associados à precariedade dos serviços de saúde de qualidade e a inexistência muitas vezes de ações estruturadas de vigilância da saúde (PENA et al., 2013), as quais poderiam permitir que os pescadores e pescadoras exercessem suas atividades em melhores condições.



Figura 3. Equipamento para proteção utilizado pelas marisqueiras. a e b) botas e sapatos utilizados pelas marisqueiras, Maragogipinho, 01 de abril de 2019; c) roupas que a marisqueira usa para o trabalho Maragogipinho, 01 de abril de 2019; d) A Marisqueira VIII, mostra como se protege durante seu dia de trabalho, Maragogipinho 01 de abril de 2019. Fonte: Arquivo da autora.

5 CAPÍTULO II: A FORMA E O CONTEÚDO DA PRECARIEDADE DA VIDA DAS POPULAÇÕES PESQUEIRAS DA CIDADE DE SANTO AMARO E DO DISTRITO DE MARAGOGIPINHO

5.1 A Importância do Mangue, o Improviso, a Insuficiência e a Instabilidade da Atividade Pesqueira Artesanal

Os manguezais são ecossistemas tropicais e subtropicais que se desenvolvem no limite entre a terra e o mar. Os mangues são caracterizados pela formação vegetal composta por arbustos e espécies arbóreas em que predominam troncos finos e raízes aéreas e respiratórias, adaptadas a solos poucos oxigenados, alagados e sujeitos à intrusão de água salgada (CINTRÓN; SCHAEFFER-NOVELLI, 1983). Ecologicamente os manguezais são importantes por suportarem serviços ecossistêmicos a exemplo do fornecimento de recursos pesqueiros, fixação de carbono, abrigar uma grande biodiversidade e constituírem-se em um berçário natural para várias espécies marinhas, onde peixes, moluscos e crustáceos se reproduzem e se alimentam. Soma-se a tudo isso o fato dos manguezais serem fonte de renda e alimentação protéica para a população litorânea brasileira. São os manguezais que fornecem aos pescadores e marisqueiras, através da pesca artesanal, os peixes, camarões, caranguejos e moluscos, a forma de subsistência para os moradores do litoral, em várias regiões do Brasil.

A mariscagem é uma atividade inserida na pesca artesanal, trata-se da extração de crustáceo, molusco nas regiões de mangues, coroas e praias, (SOARES, SALLES, LOPEZ, MUTO, GIANNINI, 2009). Para Oliveira “é uma atividade na qual a dinâmica ambiental influencia diretamente o volume da reprodução social, a periodicidade dos trabalhos domésticos, ou seja, toda a vida comunitária que depende desta atividade de subsistência principal” (OLIVEIRA, 2008, p. 83).

No município de Santo Amaro e Distrito de Maragogipinho quem marisca e pesca dentro do manguezal são principalmente as mulheres, enquanto a pesca, realizada principalmente no mar e nos rios, é praticada predominantemente pelos homens. O ofício dessas atividades é uma tradição culturalmente passada através de gerações, desenvolvida por homens e mulheres como relevante fonte de renda. Para Diegues, a mariscagem, especificamente, tem como base a unidade familiar, grupos de vizinhança, sendo uma característica da pesca artesanal (DIEGUES, 1983).

Contudo existe uma contradição na fala dos entrevistados: “Marisqueiras são aquelas pessoas que mariscam dentro do mangue. Pescador, no meu caso, pesca no rio diretamente” (pescador VII, 2019),

eles aqui se tratam assim, marisqueira pelo fato de ser mulher e pescador pelo fato de ser homem, mais são a mesma coisa [...] eu pesco junto com eles no rio Jaguaripe, não é porque marisqueira está pegando marisco e pelo fato de ser mulher relaciona o nome. A marisqueira pelo fato de ser mulher é pescadora também. A gente não vai chamar um homem que pesca marisco de marisqueiro que fica sem gênero (Marisqueira VI, Maragogipinho 06 de março 2019).

O trabalho artesanal realizado pelas marisqueiras ocorre de forma rudimentar. As técnicas e instrumentos utilizados na coleta dos mariscos são baseados em saberes e práticas passados, principalmente, de geração para geração. Esses saberes englobam um conjunto de conhecimentos que excedem o ato de mariscar em si. Para a realização da mariscagem no manguezal é necessário conhecer, por exemplo, o movimento das marés, “pois a coleta ocorre nos espaços ampliados pela maré baixa ou vazante” (PENA, FREITAS, CARDIM, 2011, p. 3388). Devido a impactos ambientais e intervenções antropogênicas, as marisqueiras têm tido a necessidade de se deslocar para pontos cada vez mais distantes no manguezal em busca de mariscos em virtude da diminuição de algumas espécies. Isso acarreta no aproveitamento de um intervalo de tempo menor empregado diretamente na atividade de mariscagem, visto que o tempo de trabalho da marisqueira é regulado, independentemente dela, pelo movimento das marés.

“Vou ao lugar certo até perto de São Francisco, cais de São Bento, na Tarioba, subindo mais um pouquinho, Brotas, Rio Velho, tudo isso é coroa¹¹ que a gente vai trabalhar” (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

“A gente vai até depois de São Francisco do Conde” (Marisqueira IV, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

Na Coroa de Brotas, só na Coroa mesmo, é dentro do mangue. A gente vai de embarcação alugada. Quando eu vou, tem uma moça que desço no barco dela [...] a gente vai, vem e paga, esses tempos mesmo eu estava descendo aqui na canoa que está alugada a um irmão meu, porque não estava descendo para o mapé, agora estou indo trabalhar aqui do lado. É dez reais por semana (Marisqueira XIII, Santo Amaro, 16 de abril 2019).

Hoje, eu desço com as meninas da rua. A gente desce com dona Paulina que tem uma embarcação a motor. Nós pagamos um litro de mapé, eles cobram. Pesco no Conde, São Lourenço, Brotas, Tarioba, São Bento, Rio Velho, atrás da casa e Coroa do Niquinho (Marisqueira, Santo Amaro, 16 de abril 2019).

Existe uma preferência das marisqueiras exercerem esta atividade em grupos ou com familiares devido aos riscos e perigos de acidentes inerentes à própria atividade e por serem mulheres. Embora existam marisqueiras que, por opção ou falta dela, trabalhem sozinhas, e por isso preferiam exercer a atividade nos dias de “maré tardeira¹²” por temerem serem assediadas. Além disso, muitas dessas trabalhadoras não possuem um meio de transporte

¹¹Coroa é quando fica parte da areia aparecendo.

¹² Maré tardeira é quando o rio esvazia mais tarde, e maré cadeira o esvaziamento do rio ocorre mais cedo são expressão utilizada pelas marisqueiras da localidade de Santo Amaro.

próprio e, por isso, precisam pagar ou dependem da carona dos colegas para chegarem até o local da coleta do marisco.

Aprendi a mariscar, e mariscar estou até hoje, eu só estou bem quando estou lá, mexendo a minha lama tomando meu cheirinho de lama, que é gostoso. Aprendi com minhas companheiras que a gente não vai sozinha não, é difícil a gente ir sozinha, vai sempre com um grupinho de um a dois, aí um foi ensinado uns aos outros e pronto (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

Depende da maré, tem maré que dar, tem maré que não dá. Tem maré que a gente trabalha, tem maré que a gente não vai, não tem como. Às vezes está muito cedeira, sai de madrugada, aí não dar para ir, essa agora está tardeira já dar pra a gente ir. A gente sai muito cedo e acorda muito cedo e não dar para sair no horário, maré muito cedo (Marisqueira V, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

Vou assim de manhã, quando a maré está mais cedeira, saio daqui na base de umas quatro e pouca da manhã. Vou de canoa, dos outros, não pago nada. Meu marido tem dois barcos, mas não dá para trazer é muito pequeno e na canoa a gente leva a cuba (Marisqueira II, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

A gente vai de embarcação, alugada. Quando eu vou, tem uma moça que desço no barco dela [...] a gente vai e vem e paga, esses tempos mesmo eu estava descendo aqui, na canoa que está alugada a um irmão meu, porque não estava descendo para a maré, agora estou indo trabalhar aqui do lado. É dez reais por semana” (Marisqueira XIII, Santo Amaro, 16 de abril 2019).

Vou com minha colega, é bem difícil a gente ir sozinha, vamos, mas acompanhada, de barco, às vezes vai de canoa, a canoa é de meu marido a gente vai tudo junto. A gente vai às quatro horas da manhã, e volta às vezes três, duas horas da tarde. (Marisqueira, Maragogipinho, 01 de abril 2019).

Ostra, sururu, aratu, camarão, siri, mapé, caranguejo, são alguns dos tipos de mariscos predominantes na região Recôncavo.

Existe uma preocupação com a organização das ferramentas utilizadas na captura dos mariscos, pois cada uma delas tem sua utilidade específica. Os instrumentos são simples, confeccionados pelas próprias marisqueiras, e são constituídos basicamente de faca de cozinha, pedaço de facão, colfo (cesto), machados, enxadas, gancho (alguns desses petrechos estão demonstrados na figura 4). A figura 5 mostra o transporte utilizado pelos trabalhadores da pesca. O uso dessas ferramentas improvisadas auxilia na hora de capturar os mariscos incrustados em pedras, e também para raspar e/ou cavar a areia e lama (PACHECO, 2006).

Algumas marisqueiras por falta de habilidade ou preferência utilizam as próprias mãos como ferramenta na coleta do marisco.

“não consigo manusear a ferramenta por isso “uso o dedo, aí minha mão como está cheia de negócio de lama, eu não tiro de gancho não, eu não sei não tirar de gancho, eu tiro mais com dedo” (Marisqueira XII, Santo Amaro, 14 de abril 2019).

“Eu tirava no dedo, está entendendo, assim pega o dedo vai tirando os mariscos, as meninas, [...] você não ver que você vai acabar com suas mãos. Aí mandei fazer um

gancho, a gente tira agora com gancho” (Marisqueira XIII, Santo Amaro, 16 de abril 2019).

“Gancho, para tirar ostra um pedacinho de facão que chama de farrancho balde, saco” (Marisqueira III, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

“Uso rede, gancho, facão” (Marisqueira V, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

“a gente pesca e coloca no Colfo, faca de cozinha” (Marisqueira VII, Maragogipinho, 01 de abril de 2019).

“Eu uso rede, capa, alicate, porque às vezes prende a rede, às vezes vem galhos” (Marisqueira VI, Maragogipinho 06 de março 20116).

“eu uso cavador no mangue para o caranguejo, o cavador na maré morta, o mangue fica seco aí eu uso o cavador pra cortar para correr o braço, esses arranhões, é do corte para correr o braço para pegar o caranguejo, na maré morta. Na pesca, eu uso faca, para cortar o peixe, fazer isca para pega o siri de mangue, uso rede e tenho uma canoa” (Pescador VI, Maragogipinho, 06 de março de 2019).



Figura 4. Ferramentas utilizadas pelas marisqueiras na pratica da atividade a) Enxada e gancho, Santo Amaro (16 de abril 2019); b) Colfo, Maragogipinho (01 de abril de 2019); c) rede para camarão, Maragogipinho (01 de abril de 2019); d) faca de cozinha par auxiliar na pesca. Maragogipinho (01 de abril de 2019). Fonte: Arquivo da autora.



Figura 5. Canoas atracadas no fundo de casa um trabalhador da pesca artesanal, no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro. Arquivo da autora, 13 de julho de 2018.

Na atividade da pesca, particularmente no trabalho de mariscagem, as trabalhadoras estão sujeitas a uma série de potenciais riscos ocupacionais, ou seja, riscos encontrados no ambiente de trabalho, frequentemente, originados em atividades insalubres e perigosas, que podem provocar efeitos adversos à saúde dos profissionais (GOIABEIRA, 2012). Os riscos ocupacionais podem ser de ordem física (ruído, calor, umidade, radiação solar); ergonômica (postura inadequada, excessivo de jornada de trabalho, esforço físico, repetitividade); biológica (vírus, bactérias, fungos); química (poeiras, gases, vapores, compostos e substâncias químicas) ou de acidentes (iluminação inadequada, equipamentos sem proteção, equipamento improvisados, animais aquáticos (OPAS/OMS, 2016). Como pode ser visto nos parágrafos a seguir as marisqueiras estão sujeitas a praticamente todos os riscos ocupacionais

A cadeia produtiva da mariscagem envolve três etapas: a captura, o beneficiamento e a comercialização do marisco, sendo todas estas etapas realizadas, principalmente, pelas mulheres. A primeira etapa é considerada a mais perigosa, uma vez que coloca as marisqueiras em exposição a vários riscos (físicos, ergonômicos, biológicos) além dos perigos na captura dos mariscos.

De acordo com a cartilha sobre a saúde das pescadoras artesanais, o ambiente de trabalho pode influenciar para o adoecimento das trabalhadoras. A cartilha aponta que os riscos podem se apresentar nas mais diversas formas nessa atividade: “riscos presentes em todas as formas de pescar marisco tanto no arenoso da praia, quanto na pesca no mangue”. Um deles é a contínua exposição ao sol e a chuva sobre a pele, a friagem, e o desgaste configurado como risco de origem ambiental e natural na concepção de Pena, Freitas e Cardim (2011).

Depois da captura, as marisqueiras colocam os mariscos em cubas, sacos de nylon (reutilizados) e os transportam até as suas residências utilizando carro de mão, nos ombros ou na cabeça, depois de uma jornada de horas e horas dentro do mangue com o peso dos mariscos, essa prática faz parte da rotina dessas mulheres. A Marisqueira I utilizou a expressão “Joga no piolho e vem bater aqui” para dizer que traz o marisco em um recipiente equilibrado em sua cabeça, do porto até a sua casa (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019). Já a marisqueira XII e o marido não dispõem de embarcação, assim, para transportarem o marisco dentro do mangue, eles utilizam uma caixa de geladeira velha que empurram até determinado ponto, a partir daí levam o pescado na cabeça até a sua residência, como foi relatado: “trago o marisco na cabeça de lá pra cá” (Marisqueira XII, Santo Amaro 14 de abril de 2019).

Os movimentos repetitivos, postura inadequada, jornada de trabalho excessiva, sobrecarga muscular no pescoço, ombros, dorso, membros superiores e região lombar se configuram em risco ergonômico (PENA, FREITAS e CARDIM, 2011). Os quais podem ocasionar vários problemas a vida do trabalhador:

“distúrbios e fisiológicos e provocar sérios danos a saúde do trabalhador por produzem alterações no organismo e estado emocional, comprometendo sua produtividade, saúde e segurança, tais como: LER/DOR, cansaço físico, dores musculares, hipertensão arterial, alteração do sono, diabetes, doenças nervosa, taquicardia, doenças do aparelho digestivo (gastrite e úlcera), tensão, ansiedade, problemas de coluna” (BRASIL, 2018).

O nível de desinformação dessas trabalhadoras é tal que elas não relacionam riscos físicos e lesões, como cortes nas mãos ou pés causados por mordidas de caranguejos, lâminas de corte ou por partes duras de algum pescado, a acidentes de trabalho. E mesmo assim, depois de aposentado e apresentando problemas de saúde, os trabalhadores da pesca ainda continuam a praticar atividade, como é o caso da marisqueira I que estava acostumada ir todos os dias para o mangue, mas devido aos problemas de saúde tem diminuído suas idas, mas não deixou de ir, porque segundo ela “a coroa é meu privilégio agora não estou indo, porque estou doente, me disseram ai que estou com início de derrame, ai não me deixaram sair, mas eu gosto de minha pescaria” (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

Sofri acidentes, diversas vezes, os cortes na lama, eu em cima da lama atolei a ostra passou aqui (ela apontou para a perna) cortou, não tem gripe, não tem doença nenhuma só os cortes mesmo. As coisas aqui são tão boas que o pessoal nem liga pra ir ao médico, aliás, agora estou tomado uma cacetada de remédio o médico receitou remédio para pressão, para açúcar, para diabete. Adoeci em 17 de julho, a situação que estou hoje, dei para ficar urinado na casa toda, me obrando, desequilibrando e caindo (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“Eu não vou mentir para o senhor não viu, tem dia que chego pronta, eu fico aqui sentada catando sururu quando acabo e vou levantar pode crê naquele pai ali, as minhas pernas estão deste tamanho, toda inchada” (Marisqueira II, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

O estirador de caranguejo tira o caranguejo [...] fica o buraco. Aí a gente que não ver que está tapado de lama vem com saco de sururu na cabeça e desce, aí tiro devagarzinho vou forçado à perna devagarzinho até tira, [...] se eu estou sentada aqui, e levantar eu fico com a dor na perna que não aguento, entendeu volto correndo e sento em qualquer lugar, aí sento, levanto e passa. Forçava muito a perna para tirar (Marisqueira III, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“Não, não sinto nada, as dores na costa eu tenho devido o peso quando a gente vai pegar ostra, pesa muito” (Marisqueira V, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

As marisqueiras também são expostas aos riscos biológicos quando em contato com “vírus, bactérias, fungos, protozoários, ovos e larvas de vermes em geral”. Além desses, tem-se os riscos químicos quando existe o contato com as áreas contaminadas por produtos químicos oriundos de empresas que liberam rejeitos e/ou dejetos não tratados direto nos rios e até pela liberação de metais pesados oriundos da indústria de processamento do chumbo, por exemplo (como é o caso de Santo Amaro). Dessa forma fica evidente que, as condições ambientais na qual atuam as marisqueiras no exercício do seu trabalho são determinadas pelos vários riscos a qual elas estão expostas (PEDROZA-JÚNIOR et al., 2002; JESUS e PROST, 2011).

O beneficiamento do marisco ocorre em frente da casa e busca manter a qualidade, dar a durabilidade e agregar valor ao produto. Entretanto, esta etapa ocorre de forma precária, caracterizada pela improvisação, com o uso de fogareiros armados na frente ou no fundo da casa, e a adaptação de vasilhas como, baldes, bacias plásticas e caldeirão de alumínio para o processo de ferventação do marisco, a fim de que o mesmo mantenha-se conservado por mais tempo e de catação das cascas, antes de guardarem as partes moles e comestíveis em saquinhos que mais tarde, depois de serem pesados, serão armazenados em freezers até o momento de serem vendidos. As figuras 6, 7 e 8 demonstra a realidade, informalidade e precariedade características da atividade. Essa etapa, de beneficiamento, exige que as marisqueiras fiquem muito tempo sentadas ou em pé. Também é um momento de interação, sociabilidade e de aprendizado para as crianças que aprendem sobre a atividade e as narrativas associadas a ela (JESUS, 2016).

Um dos problemas mais comum nessa etapa é a falta de armazenamento adequado. Muitas não possuem freezers adequados e, dessa forma, utilizam a geladeira de uso doméstico ou os freezers de vizinhos para armazenarem o produto que, por isso, precisa logo ser vendido.

Após passar horas no mangue, elas precisam de imediato ferventar o marisco, e para isso se utilizam de fogareiros à lenha, haja vista que a utilização de gás comum de cozinha elevaria o preço de produção, tornando-o inviável economicamente a sua comercialização. Existe uma sobrecarga do trabalho, uma vez que as marisqueiras capturam, beneficiam e ainda vendem os mariscos, seja para o atravessador, seja para o consumidor local. A jornada dessas mulheres é árdua, pois costumam levar em média de seis a oito horas por dia no mangue para desenvolverem seu trabalho em posições desconfortáveis e em locais insalubres, ainda conciliam essas atividades com as tarefas domésticas como conta a marisqueira VII, “Quando chega à gente cuidar da casa, lavar roupa, e tem que lavar e colocar o marisco no frizer”. É bastante relevante o papel da mulher para a manutenção e reprodução da família e do grupo como um todo, contudo, em muitos casos o trabalho delas não é valorizado. Como apresenta Fassarella,

Além do trabalho profissional, a mulher se divide no dia a dia entre atividades de casa, de cuidados dos filhos, quintal e animais, tarefas que merecem destaque pelo grau de importância que têm para a sustentabilidade do grupo familiar e que, invisíveis, são tidas como trabalho destituído de valor produtivo (FASSARELLA, 2008, p.175).

Para autora, a desvalorização do trabalho das marisqueiras ocorre por se desenvolver dentro do ambiente familiar. Muitas vezes esse é confundido com afazeres domésticos, apesar de ser constituído de valor produtivo. O questionamento da autora é por que o trabalho das marisqueiras não tem valor social se gera renda familiar?

Como poder ser visto a dinâmica desenvolvida no dia dessas mulheres é muito intensa, começa muito cedo e sem horário determinado para acabar,

Quando saio 4 horas às 11 horas já estou em casa dormindo, já trabalhei, já voltei, já estou em casa dormindo. Levo uma a duas horas para fazer o beneficiamento. Uso fogão de lenha para ferventar, e quem aguenta compra gás. A lenha, pega qualquer garrancho e bota, corta pé de mangue seco, alguma galha que está caída, cortou, trançou e jogou dentro da canoa. A gente vai só para pegar lenha, mas quando vai pegar mapé, se acho fácil, pega. Se a gente vive disso, vai comprar gás de quanto? (Marisqueira I, Santo Amaro, 10/01/2019).

Lavo aí dentro, depois acendo o fogo fervento e deixo escorrendo, depois joga na mesa e vou começando a catar. Eu só tenho a geladeira pequena ai e quando eu cato na base de 20 e 25 quilos, a vizinha que tem freezer botar a metade, porque a geladeira daqui é para tudo é para botar a comida que a gente come, botar o peixe dele o xangó, tudo cheio o resto da comida está tudo em baixo (Marisqueira II, Santo Amaro, 10/01/2019)



Figura 6. Processo de beneficiamento dos mariscos. a) Mulheres beneficiam o marisco (sururu) no bairro Invasão Nova Santo Amaro, cidade de Santo Amaro (13 de julho de 2018); b) Beneficiamento de siri no bairro Jacaré, distrito de Maragogipinho; c) Aparatos utilizados para transporte e armazenagem do marisco (cuba e carro de mão), mais a lenha (coberta) utilizada na ferventação cidade de Santo Amaro (13 de julho de 2018); d) mulher e adolescente catando siri no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro (10 de janeiro de 2018).
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 7. Fogueira usada para ferventação do marisco em frente a residência do bairro Invasão Nova Santo Amaro (13 de julho de 2018). Fonte: Arquivo da autora.



Figura 8 utensílios utilizado para o beneficiamento do marisco. a) caldeirão usado para ferver o marisco, Santo Amaro (16 de abril, 2019) b) baldes plásticos, cuba e caldeirão usado no beneficiamento, Santo Amaro (16 de abril, 2019). Fonte: Arquivo da autora.

Todo esse processo faz parte de uma problemática que, de acordo com Bandeira, é parte de um conjunto de condições de trabalho que comprometem a estabilidade da família pesqueira. Condições...

Decorrentes de todo o processo em si, por ser precário e deficiente, sobretudo com mariscos, a exemplo de: armazenamento (ausência de freezer); transporte de mariscos (dores musculares); apanha e transporte de lenha (escoriações, risco por acidentes com animais peçonhentos, dores musculares); cozimento (irritabilidade nos olhos); e catação (escoriações nas mãos, lesões por movimentos repetidos, dores nas costas (BANDEIRA E BRITO, 2011, p 311).

Uma vez beneficiado, o marisco é comercializado. Nessa etapa, as marisqueiras enfrentam diversas dificuldades tais como armazenar o produto por muito tempo e a necessidade de adquirir uma renda suficiente para garantirem sua própria reprodução socioeconômica mediante a venda dos mariscos aos atravessadores, que viabilizam a venda do excedente de mariscos na escala regional. Os preços obtidos neste processo são considerados irrisórios se avaliado o tempo gasto pelas marisqueiras nas atividades de coleta e beneficiamento.

Para Fassarella (2008) a desvalorização no trabalho das marisqueiras acontece pelo fato do beneficiamento ocorrer nas próprias casas sendo, dessa forma, considerado como “bico”. As mulheres são as principais atingidas por esse fato, uma vez que elas geralmente são as responsáveis pela etapa de beneficiamento. Enfim, a baixa remuneração do trabalho feminino na pesca está relacionada também ao encargo doméstico (FASSARELLA, 2008). A autora defende que o fato do processamento acontecer nas residências não deveria descaracterizar a atividade uma vez que sua finalidade é a comercialização. “Logo, essa atividade não pode ser considerada um encargo doméstico, nem mesmo uma ajuda complementar a renda da família” (FASSARELLA, 2008, p.189).

Os trabalhadores que têm melhor estrutura conseguem um melhor preço vendendo seus próprios pescados de porta em porta, em feiras, restaurantes da própria cidade, nos municípios circunvizinhos, na região metropolitana ou através de redes sociais. Eventualmente, os pescadores ou algum membro da família se deslocam para as outras regiões na tentativa de conseguir um melhor preço com a venda dos pescados. Dessa forma cria-se um mercado informal que movimentava a economia local e as regiões circunvizinhas.

A Marisqueira XII, mesmo, leva no carro de mão o isopor com os seus *produtos para Saubara* e a partir das nove horas sai pelas portas vendendo. Já a Marisqueira VII, “vai juntando, às vezes vende aqui (Maragogipinho) e vende para fora também, meu marido sempre leva para ilha, quando é pouco vende aqui mesmo” (Marisqueira VII, Maragogipinho, 01 de abril 2019).

Devido a diminuição na quantidade de marisco tem marisqueira que antes comercializava e consumia o que extraía, atualmente captura mariscos somente para o próprio consumo “hoje é para consumo, antes era para vender, porque a gente tinha que ganhar, hoje para consumo, não tem” (Marisqueira IX, Maragogipinho, 01 de abril 2019). A presidente da Colônia de Pescadores que também é marisqueira ressaltou que as marisqueiras de uma maneira geral não entregam os mariscos na associação porque conseguem vender por um preço melhor sem a mediação da organização. Segundo ela, o preço menor pago às marisqueiras pela associação visa custear as despesas da associação. O marisco que ela captura “vendo e também consumo, a gente vende, chega da maré já entrega na associação às vezes vende nas portas das pessoas” (Marisqueira VI, Maragogipinho 06 de março de 2019).

Diante deste contexto destaca-se a importância da área de manguezal existente nos municípios de Santo Amaro e Aratuípe, mais precisamente no Distrito de Maragogipinho, para a prática da mariscagem e subsistência das famílias. Contudo, as contínuas ações antrópicas que vem ocorrendo na BTS durante décadas tem impactado diretamente as famílias que dos manguezais dependem, bem como os organismos marinhos, fauna e flora existentes neste ecossistema. E ainda assim, os manguezais são uma das, se não a única, fontes de renda das milhares de famílias que vivem na faixa litorânea do Recôncavo, fato que demanda dos órgãos ambientais medidas de preservação e educação ambiental para conscientizar a população em geral da sua importância.

5.2 Poluição ambiental e o seu Reflexo no Cotidiano dos Trabalhadores da Pesca Artesanal

Os manguezais são florestas costeiras encontradas em estuários, ao longo das margens de rios e lagoas nas regiões tropicais e subtropicais, com funções multifacetadas como abrigar diversas espécies, reprodução e desenvolvimento de peixes e crustáceos. Os manguezais atuam como um elo frágil entre os ecossistemas marinhos e de água doce, de grande importância para a manutenção das comunidades costeiras ao redor do mundo.

Apesar da sua importância e da crescente conscientização do seu valor e significância, as florestas de mangue estão ameaçadas e correm risco de desaparecer, devido à pressão econômica e social (Maranho, 2008) causados pelo desenvolvimento urbano e industrial no entorno das baías e estuários, os quais resultam na introdução de diversos contaminantes. A presença destes contaminantes, orgânicos, a exemplo de agrotóxicos, resíduos de processamento de celulose e petróleo, como inorgânicos, a exemplo dos metais pesados, além de trazer danos a fauna e flora dos manguezais, vem trazendo danos a condição de vida das populações que necessitam e/ou convivem com os manguezais (Conceição, 2017).

Os principais contaminantes encontrados nos manguezais são metais como cobre, chumbo, mercúrio e zinco, e compostos orgânicos como tributilestano (TBT), hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (PAHs), bifenilas policloradas (PCBs) e pesticidas (Fowler 1990; Yeager et al., 2010): poluentes orgânicos persistentes (POPs) produtos farmacêuticos e de cuidados pessoais (PPCPs) e compostos disruptores endócrinos (EDCs), identificados na água, sedimentos e biota (BAYEN, 2012). Além de frequentemente o ambiente receber despejo de resíduos, incluindo plásticos que não são biodegradáveis, prejudicando o ecossistema e as espécies que ali vivem. A presença de poluentes e persistentes, como metais pesados e contaminantes orgânicos, resultantes da industrialização descontrolada e da urbanização nas regiões costeiras degradam o ecossistema de mangue.

A exposição de organismos aquáticos a sedimentos contaminados por metais pesados pode resultar em efeitos letais e subletais, incluindo danos sobre o desenvolvimento e reprodução, a exemplo de alterações hemalógicas, respiratórias, cardiovascular (Heath, 1987), deformidade maxilar (Browder et al., 1993). Em geral, os metais são mais encontrados em peixes carnívoros, ou seja, aqueles que estão no topo da cadeia alimentar (CUI et al., 2011), os quais serão possivelmente consumidos pelo homem.

As cidades no entorno da Bahia de Todos os Santos (BTS) tornaram-se pontos de maior investimento e concentração de atividades industriais do estado da Bahia, a exemplo da

indústria de Papéis da Bahia (atual Penha) e a Bacraft, em Santo Amaro. A cada dia, novos projetos são construídos e inseridos em áreas de comunidades pesqueiras, sem nenhuma restrição quanto as consequências oriundas do desenvolvimento de suas atividades.

Entre 1961 a 1993, o município foi sede da fábrica Companhia Brasileira de Chumbo - COBRAC, metalurgia de chumbo que, durante seu funcionamento e após o fechamento, foi responsável por um dos maiores desastres sociais e ambientais do Brasil. Conforme o Ministério Público Federal, a cidade é apresenta a área urbana mais contaminada por chumbo do mundo, de modo que os danos causados atingiram tanto o ambiente quanto muitos funcionários da fábrica e sujeitos da sociedade civil, que contraíram doenças provocadas pelo contato com o chumbo (CONCEIÇÃO, 2017).

Ainda que a Prefeitura de Santo Amaro tenha pavimentado boa parte da cidade, de forma que as ruas estão calçadas e asfaltadas, segundo Fernandes et al., (2012), parte desta pavimentação recebeu os resíduos da fábrica, o que permite perceber os resíduos do chumbo no local, além das pesquisas assinalarem que houve a contaminação de 18 mil moradores da região e os resquícios da contaminação no Rio Subaé, principalmente por cádmio, chumbo e zinco (CONCEIÇÃO, 2017).

A contaminação do Rio Subaé pela COBRAC e a poluição do Rio Pitinga pela fábrica Penha Papéis comprometeram e ainda comprometem as atividades de pesca e mariscagem, tendo em vista que nestas águas os moradores e moradoras desempenham suas atividades. Além disso, os efluentes líquidos descartados no rio Subaé pela COBRAC ocasionaram a contaminação de sedimentos e moluscos de toda região por metais tóxicos como cádmio e chumbo, os quais são prejudiciais à saúde de animais e seres humanos. Embora a fábrica se encontre fechada, os seus impactos continuam afetando os moradores da região, que sofrem com a contaminação do sangue por estes materiais considerados prejudiciais (JESUS, 2016; CONCEIÇÃO, 2017).

O chumbo é um elemento cumulativo que afeta o corpo humano através do cérebro, fígado, rins, dentes e ossos, liberado para o sangue durante a gravidez, tornando-se uma fonte de exposição ao desenvolvimento do feto (WHO, 2018). Problemas como anemia, perda de memória foram descritos por Conceição (2017) que também identificou em seus estudos que das 3500 pessoas que trabalharam na fábrica, 948 vieram a óbito.

Inicialmente, as consequências da contaminação por chumbo e cádmio foram vivenciadas pelos trabalhadores fabris, atingindo, a *posteriori*, pescadores e pescadoras/marisqueiras, que até os dias atuais sofrem com o ocorrido, visto que os rejeitos de chumbo depositados no terreno da antiga fábrica são transportados pela chuva para o leito do

rio Subaé, conforme descrito por Souza (2013), que os carrega até a foz e, por conseguinte, ao mangue, onde são filtrados pela fauna local. O desastre ambiental comprometeu a saúde dos moradores locais que pescam na região e/ou que consomem o marisco. Contudo, ainda são retirados do mangue ou das coroas os mariscos que garantem a sobrevivência de muitas famílias, fato que gera preocupação, considerando que se a contaminação ainda existe e a coleta não cessou, pessoas estão consumindo produtos possivelmente contaminados (ANDRADE, 2012). Também, existem aqueles que sofrem com doenças psicológicas em decorrência dos riscos da contaminação por produtos químicos, como ansiedade e medo (CONCEIÇÃO, 2017).

Os estudos de toxicidade para plantas de manguezal enfocaram os efeitos de metais traço (Cu, Cd, Hg, Mn, Pb e Zn), resíduos de óleo, alguns herbicidas e efluentes brutos, no entorno do Rio Subaé.

Em se tratando dos resíduos da fábrica de papel, a Penha Papéis e Embalagens Ltda, inaugurou em 2005 duas unidades na região de Santo Amaro, uma na estrada do Subaé, ocupando uma área total de 122.000 m² e a outra na Fazenda Pitinga, ocupando uma área de 63.000 m² (SANTOS, 2013). A indústria obtém papel e celulose através do plantio de bambu em solo de massapê em uma área anteriormente ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar (FONSECA, 2006). Mas seu processo industrial e principalmente forma inadequada de descarte de resíduos nos rios tem sido alvo de denúncias sobre degradação ambiental, principalmente no Rio Pitinga, afluente do Rio Subaé e em seus manguezais. Barreto e Freitas (2016), em seu trabalho sobre tabu e estigma da contaminação no município de Santo Amaro, obtiveram informações que os resíduos alteraram o ambiente com a redução e até desaparecimento de diversas espécies de mariscos. A emissão de efluentes no Rio Pitinga, contamina peixes e vegetais, podendo chegar a cadeia alimentar (Barreto, 2015), pois a dioxina utilizada para branqueamento do papel e celulose pode causar câncer, além de afetar os sistemas imunes, reprodutor, endócrino e comportamentais em recém-nascidos (Assunção, 1999).

As principais formas de contaminação são através do contato, inalação e ingestão, em relação a teores de metais presentes nos mariscos, entretanto, este é apenas uma das fontes de contaminação que as marisqueiras estão expostas. Não se encontra referência na literatura sobre o tempo de exposição que as marisqueiras estão sujeitas diariamente nas suas longas jornadas. O problema se agrava com o nível de poluição presente em cada área. Ou seja, quanto maior o nível de poluição do manguezal maior as chances das marisqueiras serem contaminadas pelas fontes listadas acima. A figura 9 mostra a vegetação do manguezal

morrendo. Deste modo, é importante reduzir e controlar as fontes terrestres de poluição para que as florestas de mangue possam garantir não apenas que elas continuem a fornecer serviços ecossistêmicos valiosos para as comunidades costeiras, mas também manter a qualidade da vida das marisqueiras.



Figura 9. A) e b) Árvores mortas no manguezal do rio Pitinga, afluente do rio Subaé.

Para Andrade (2012), esse tema tem gerado desconforto aos pescadores e marisqueiras, uma vez que se refere à contaminação dos produtos oriundos de sua subsistência e sua principal fonte de renda. Porque nunca houve uma comunicação dos perigos da contaminação no estuário nem pelas empresas nem pelo Estado explica à continuidade das práticas pesqueiras e consumo destes produtos no local.

As populações que mais sofrem os efeitos negativos da contaminação do ar, da água, e da terra, em uma demonstração clara de injustiça e racismo ambiental são as que estão em situação de risco e vulnerabilidade socioeconômica, geralmente afrodescendentes.

Conforme Koga (2010) esses novos espaços urbanizados, periféricos, que foram surgindo ao longo do tempo, não apresentavam a presença do Estado de forma articulada e efetiva, reproduzindo um modelo socioterritorial excludente. A autora alerta que esses espaços apesar de serem considerados legítimos pelos moradores devido ao seu processo de apropriação, “na verdade são as áreas sobrantes, onde se concentram famílias em condições marcadamente de vulnerabilidade e exclusão social” KOGA (2010, p. 72).

A exemplo desses espaços temos os bairros Trapiche de Baixo e Invasão Nova Santo Amaro no município de Santo Amaro, onde o crescimento urbano se realizou de forma desordenada e inadequada. As construções foram acontecendo sem planejamento, por autoconstrução, ou seja, feitas pelos próprios moradores em conjunto com vizinhos e parentes. Construídas às margens dos manguezais elas afetam significativamente esse ecossistema e trazem consequências negativas as próprias vidas cotidianas dos moradores. Grande parte dos esgotos das residências dos referidos bairros de Santo Amaro são descartados diretamente no

rio, uma vez que não fazem uso de fossa séptica. A figura 10 mostra a inexistência dos serviços de saneamento no bairro Trapiche de Baixo. Pode-se visualizar o esgoto a “céu aberto” e as tubulações expostas nas paredes das casas de onde são despejados os esgotos domésticos.

A insuficiência dos serviços básicos de saneamento, coleta e destinação inadequada do lixo e condições precárias de moradia, tradicionalmente relacionados com a pobreza e o subdesenvolvimento, somam-se, à poluição química e física do ar, da água e da terra (GOUVEIA, 1999, p. 49). Sendo que, a estrutura organizacional das cidades reflete como parte das populações são afetadas por determinados fenômenos de forma diferenciadas

Segundo a Marisqueira V, Santo Amaro 10 de janeiro, 2019, os serviços de esgotamento sanitário oferecidos pela prefeitura não são de qualidade. Segundo ela, sua prima, conectou a casa dela a rede de esgoto municipal, quando chove sofre com o transbordamento e mau-cheiro. Diante disso, a Marisqueira V, preferiu não conectar sua casa a rede de esgoto. O esgoto de sua residência é lançado diretamente no rio que passa no fundo do quintal de sua casa. A figura 10 mostra as casas dos moradores com as instalações dos tubos direcionadas para o rio.

No Distrito de Maragogipinho, a situação não é diferente, a população ainda não dispõe dos serviços de esgotamento sanitário, sendo que, o esgoto doméstico é lançado diretamente no rio ou em fossas sépticas. A despeito dessa situação a marisqueira VI demonstrou insatisfação, pela falta de saneamento básico, pois, essa problemática afeta diretamente o meio de subsistência das famílias de pescadores e marisqueiras da região,

O mangue [...] o estado dele hoje não está bom pelo fato do esgoto que vai para o rio. Essa questão com a prefeitura, eu creio, nem sei se é com prefeitura ou governo [...] acho assim, que fazer de uma maneira que o esgoto não derrame no rio, tratar porque tratando do rio estar tratando da comunidade [...] porque pra isso primeiro tem que ter condição ter fossa própria, pinicão, pra isso dependemos da prefeitura (Marisqueira VI, Maragogipinho, 06 de março de 2019).

“Tem fossa, não tem esgoto da prefeitura” (Pescador VI, Maragogipinho, 06 de março de 2019).

“Aqui é mais fossa no fundo do quintal. Não tem rede de esgoto, por que aqui é muito enladrado, aí não tem como aparar muita água, a água escorre tudo para o rio” (Pescador III, Maragogipinho, 06 de março de 2019).

“Tem alguns lugares que tem fossa, mas tem outros que jogam pro rio, você está entendendo né” (Pescador VIII, Maragogipinho, 06 de março de 2019)

“Porque em “Maragogipinho poucos esgotos correm para o rio, aqui a quantidade é pequena” (Pescador VII, Maragogipinho, 06 de março de 2019).

“Aqui em Maragogipinho só tem fossa” (Pescador IX.).



Figura 10. a) Canal de esgoto no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro, 13 de julho de 2018; b) Canal de esgoto quando é lançado no rio Subaé, no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro, 13 de julho de 2018; c) o esgoto das casas lançado ao, no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro, Fonte: Arquivo da autora: 13 de julho 2018.

Além das questões apresentadas, podemos perceber as condições insalubres dos domicílios. Em sua maioria, as casas ainda inacabadas, falta reboco ou estão com a estrutura corroída pela ação do tempo. Muitas residências ficam próximas às redes de esgoto, de forma que os moradores convivem cotidianamente com o mau cheiro e a poluição no local. A pavimentação das ruas está precária, sendo que, em alguns pontos, foram feitas improvisações para garantir a circulação dos moradores, conforme apresentado na figura 11, abaixo. Situações que demonstram a falta de investimentos do poder público.



Figura 11. a) Ponte improvisada sobre o canal de esgoto no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro 13 de julho de 2018; b) Viela estreita para circulação de pedestres no bairro Trapiche de Baixo, cidade de Santo Amaro. Fonte: Arquivo da autora, 13 de julho de 2018.

5.3 A Poluição na percepção dos Pescadores e Pescadora Artesanais.

Em decorrência das necessidades humanas o meio ambiente está sendo cada vez mais degradado, isso é resultado da ignorância e desrespeito do ser humano com ambiente e com as várias formas de vida existente. Nesse caso é fundamental entender a interrelação entre homem e meio ambiente para compreender como o indivíduo percebe o meio no qual vive, e dessa forma poder criar meios de torná-lo melhor. Sendo assim a percepção é uma tomada de consciência do ambiente pelo homem.

De acordo com MELAZO (2005) ao entrar em contato com meio ambiente cada pessoa acaba fazendo uso dos sentidos em um processo associado com os mecanismos cognitivos, dessa forma, cada indivíduo age, percebe, e responde diferentemente às ações no e sobre o ambiente. Sendo essas manifestações resultados da subjetividade de cada pessoa (VASCO; ZAKRZEVSKI, 2010).

A educação ambiental propõe a formação do cidadão consciente capaz de tomar decisões atuando na realidade socioambiental, comprometido com a vida e o bem-estar da sociedade. A percepção e o engajamento que o cidadão tem sobre os problemas ambientais é um passo importante nesse processo de consolidação da educação ambiental (MELAZO, 2005). Assim, a educação ambiental com a percepção ambiental devem caminhar juntas na transmissão do conhecimento e dos problemas ambientais, sensibilizando as pessoas para a preservação dos recursos naturais, além de prevenir dos riscos e acidentes ambientais.

As entrevistas realizadas nos municípios de Santo Amaro e Maragogipinho se concentraram em um levantamento sobre a percepção ambiental dos pescadores e pescadoras, através dos sentidos em relação a poluição dos seus respectivos rios, Subaé e Jaguaribe.

Em Santo Amaro os pescadores e pescadoras julgam que a poluição do Rio Subaé ocorre através do lançamento de efluente da fábrica Penha, porque percebem – graças aos efluentes lançados – uma mudança na coloração da água e o mau cheiro, e relacionam ambas as mudanças a mortandade de algumas espécies aquáticas.

Para Nass (2002), perceber o ambiente usando apenas os sentidos pode levar a um equívoco perigoso, pois a aparência da água que as vezes se apresenta barrenta e com forte odor, necessariamente não que dizer que existe contaminação, mas impura por estar "suja". "Entretanto, muitas vezes, trata-se de uma água que não faz mal à saúde. Já uma água realmente contaminada por germes patogênicos, mas inodora e de aparência límpida, não é rejeitada" (NASS, 2002 p.2).

Conforme (MELAZO, 2005), os sentidos são partes fundamentais no processo de percepção do indivíduo e suas sensações ao ambiente, sendo a visão o sentido mais aguçado e mais evolutivo, porém precisam estar associados a outras questões como os estudos dos processos mentais, cognitivos e uma gama de simbolismos existentes para compreender essa relação homem e natureza (MELAZO, 2005).

A percepção sobre poluição revelada por esses trabalhadores apresenta baixa compreensão do grave problema que afeta a região.

“Aquela água está vermelha parece até que jogou sangue, e às vezes aquela água preta, mas é do negócio da fábrica, que despeja tudo no mangue. Muda o cheiro da água, porque o benzol sabe que mata o marisco. Quando solta o benzol dentro da maré dar para a gente ver o marisco morto. Muda só à cor. A coroa que mais atinge é logo a coroa daqui do conde, a que mais atinge é daqui” (Marisqueira XIII, Santo Amaro, 14 de abril de 2019).

“o marisco diminui, e ele diminui é por causa da Poluição, bem que nessa fábrica de papel, lá da pitinga, botar água contaminada para dentro do rio, e vem sair no Coroa do Conde, na primeira coroa é a saída da água da pitinga. É o seguinte, agora cria, porque eu acho que o marisco já acostumou com água, mas quando começou a botar, logo acabou tudo, até a lama apodreceu, a lama quando pisava, o mangue secou todo” (Marisqueira I, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“Antigamente, quando tinha a usina [...] não prejudicava, a usina era de ano em ano. A usina de cana que fazia açúcar. Quando tinha antigamente aqui, a usina largava um produto, os peixes ficavam todos bêbados, aí a gente pegava peixe, mas eram três quatro dias. Acabava, voltava ao normal, aí só no outro ano. E a fábrica de papel da Pitinga é todo dia, principalmente fim de semana. É, muita. Água contaminada, Muda de cor e o fedor é horrível, Ave-Maria. A gente não pesca na água contaminada” (Pescador II, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“A poluição eu vejo, tem a fábrica que sempre joga os resíduos no mar, no rio tem maré que a gente ver os peixinhos morrendo, siri, é da fábrica de papel. Mau cheiro, a água fica com mau cheiro, muda a cor, fica escura, é mais o rio da Pitinga. Mas quando ele solta o resíduo, aí fica aquele cheiro a lama podre tem a maré certa deles soltarem” (Marisqueira V, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019).

“Hoje está poluído, porque [...] eles jogam um bocado daquela água da fábrica aí mata os mariscos, os pés de mangue mesmo têm um bocado de pé de mangue morto [...] vai até lá embaixo pega de uma ponta vai até a fábrica um bocado de mangue morto. Tem vez que morre um bocado de xangó. Água tem dia que está preta, tem dia que esta da cor de ferrugem parecendo sangue, fedendo” (Marisqueira, Santo Amaro, 16 de abril de 2019).

Em Maragogipinho a situação é similar. Pescadores e pescadoras também observam que existe poluição do rio e visualizam isso, através da alteração da cor e odor da água e que inclusive são fatores que tem reduzido a quantidade de mariscos, afetando suas vidas. Eles associam essa mudança a fábrica Oldesa que lança seus fluente nos rios.

A poluição muda à água: a gente vê a diferença, ela fica mais escura, como exemplo que choveu e a água que choveu entrou na maré fica meio escura, fica aquele cheiro de azeite de dendê podre. Os peixes mesmo descem, vai procurar águas mais fundas que não tenha aquele cheiro. Uma vez matou, não sei se foi em 2010, não matou tudo, mas o que ficou aí morreu, a gente encontrava morto (ele se refere da época da maré vermelha) (Pescador VI, Maragogipinho, 06 de março de 2019).

poluição aqui, eu só posso me queixar, de uma fábrica que tem lá em Nazaré, a tal Oldesa, que quando ela despeja uns resíduos atinge a gente aqui em baixo. Muda a água, muitos peixes mortos, a água fica escura, com mau cheiro, só que aqui a água muda de cor também no inverno, é que vem a chuva, água de monte, aí muda de cor, muda de alva para amarela, fica amarelona (Pescador V, Maragogipinho 06 de março de 2019).

Os pescadores e pescadoras também apontaram o lixo como sendo uma das formas de poluição. A falta de saneamento básico nas cidades tratamento ao lixo produzidos sendo de responsabilidade da população, das prefeituras e principalmente as empresas.

Eles consideram que, “poluição é a sujeira mesmo que o pessoal também não tem cuidado: joga a sujeira no rio, joga lixo no rio” (Marisqueira V, Santo Amaro, 2019) “poluição tem pouca, como já tinha falado antes né, só os lixos mesmo que o pessoal joga. Se tem um saco de lixo é porque o pessoal joga seringa, garrafa pet, essas tudo aí jogam” (Marisqueira IV, Santo Amaro, 2019).

Agora próximo da cidade de Nazaré fica suja, é muita coisa que a gente encontra, como calçado, roupa velha, pessoas costuma jogar colchões um bocado de coisa moveis velhos ao invés de jogar na frente da casa, em que passa a coleta da prefeitura ele joga no quintal que o fundo dá para o rio. Ai essas coisas. Quando chove vem muita sujeira, muito lixo, muitas coisas vindas da cidade de Nazaré, por que o rio passa lá, aí todo esgoto da cidade de Nazaré é jogado para dentro do rio. O hospital, tudo, a gente acostuma até pegar material hospitalar” (Pescador VII, Maragogipinho, 06 de marco de 2019).

As pessoas nunca aprendem tudo que pega, a maioria joga dentro do rio, pega uma geladeira joga dentro do rio, pega um sofá joga dentro do rio, o carro passa todo dia na porta. Tem um bocado de gente que não tem educação, em todo lugar existe isso. E ensinar esse povo como é que vive na beira de um rio, que não pode está jogando porcária dento do rio, e botar multa, fazer qualquer coisa para o povo evitar estar jogando lixo. Tem gente que o carro passa na porta, acaba de passar o carro, vai e joga o saco dentro do rio. Tem cabimento uma coisa dessas? (Pescador II, Santo Amaro, 10 de janeiro 2019).

Essa concepção de poluição apontada pelos pescadores e pescadoras é ocasionada pela falta de saneamento básico que comunga com o conceito de poluição defendido por Rapôso, Kiperstok & César (2010), que a poluição pode ser diminuída, a partir do saneamento básico nas cidades, de forma planejada e responsável. Visto que, saneamento envolve uma

série de questões, desde a coleta, ao tratamento dado aos resíduos sólidos urbanos (lixo urbano), que englobam...?

O tratamento desses resíduos em aterros sanitários eliminação de lixões a céu aberto ou clandestinos; centrais de incineração; coleta seletiva e reciclagem; desobstrução da rede de águas pluviais (águas de chuva); limpeza urbana. Todos esses aspectos definem o que entendemos por saneamento ambiental (RAPÔSO, KIPERSTOK & CÉSAR, 2010, p.2).

Contudo, existe a poluição que não é percebida por esses pescadores e pescadoras, no caso específico de Santo Amaro onde a poluição é consequente do carreamento dos resíduos de chumbo (e outros metais que compõem o resíduo da fábrica) que ainda estão depositados no solo da antiga fábrica COBRAC, que durante o período chuvoso são levados até o leito do rio Subaé. Este é mais um fato agravante em relação a exposição ao chumbo e que visualmente não são percebidos pelos pescadores e pescadoras, tampouco pela população. Entretanto, esta exposição pode ser sentida ao longo do tempo com problemas de saúde que inclusive podem não ser a princípio associados a contaminação, pois o conhecimento sobre as formas de transporte do contaminante não é propagada.

Apesar do chumbo ser o principal metal tóxico discutido, a constituição do resíduo contém outros elementos que quando superiores aos limites postos pelo Decreto 55871/1965 da ANVISA, podem causar danos a fauna, flora e população consumidora dos mariscos, caranguejos e peixes. A presença de metais em níveis elevados e superiores ao decreto supracitado tem sido identificado em diversos estudos na região da BTS, a exemplo do estudo realizado por Cunha e Araújo (2001), onde os autores identificaram concentrações de chumbo e cádmio superiores aos delimitados pela ANVISA em peixes e em sururu, após desativação da COBRAC. Concentrações de zinco e cobre acima da legislação foram observadas por Ramos (2012) em crustáceos nos manguezais de Santo Amaro e São Francisco do Conde. Estes elementos são essenciais aos organismos (Ramos, 2012), mas que podem causar efeitos tóxicos em altas concentrações (SANTOS et al., 2016). A contaminação em peixes do Rio Subaé foi motivo de alerta de diversos pesquisadores, que segundo Rocha et al., (2012) alertaram sobre os principais impactos ambientais e sociais do consumo deste organismo que é fonte de renda e subsistência da população.

Ainda que os pescadores e pescadoras não tenham sentido os sintomas da contaminação através de alterações corporais visíveis, o material particulado pode perfeitamente se camuflar na sujeira do rio, e por não alterar a cor e odor da água, tornam-se imperceptíveis. Então como levá-los a entender que existe uma contaminação por chumbo na

foz do rio Subaé, uma vez que não houve uma divulgação das empresas e do Estado informando da existência destes contaminantes e que estes podem ser os principais responsáveis pelos danos à saúde? Nesse caso não houve uma comunicação prévia, sendo que a “comunicação de risco surgiu para informar sobre os riscos para a segurança e a saúde que as pessoas estão expostas” (MARTINI JÚNIOR, 1995, p.136).

Diante das questões postas fica evidente que a compreensão de poluição, apresentada pelos pescadores e pescadoras, é movida pelo conhecimento do senso comum que, de acordo com Germano (2011) é pautado no conhecimento “popular” que apesar de ter alcançado notoriedade na sociedade, ainda encontra resistência no campo científico. Isso porque o senso comum é uma forma de conhecimento produzida pelas experiências, adquirida das vivências de cada um, individualmente e na coletividade. Além disso, as notícias midiáticas não disseminadas corretamente podem influenciar positiva ou negativamente para essa questão.

Barreto e Freitas (2016) relatam em seu estudo sobre segurança alimentar, que existe uma preocupação da população que comercializa os mariscos em falar sobre a contaminação pela possível interferência da mídia na comercialização dos produtos, fato inclusive relatado por marisqueira entrevista em seu estudo. Portanto, julga-se necessário a construção de uma ciência inclusiva para outras formas de conhecimento, evitando os equívocos conceituais, como vem ocorrendo em Santo Amaro e Maragogipinho. Apesar do grande número de documentos científico publicado sobre os problemas ambientais na BTS, não acontece a disseminação desse conhecimento para as comunidades litorâneas, e esse tem gerando um desconhecimento generalizado.

Os entrevistados de Santo Amaro e Maragogipinho têm conhecimento da poluição e dos efeitos que essa pode causar para suas vidas economicamente, contudo desconhece a verdadeiras causas dos desastres e de sua consequência a médio e a longo prazo em sua saúde e ao meio ambiente. De acordo com Gramsci, o saber popular adquirido das experiências individuais e coletiva, somados ao conhecimento científico, possibilitam ao indivíduo compreender a realidade, e sem passar por esse processo acaba que “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’” (GRAMSCI, 2011, p. 202)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As marisqueiras de Santo Amaro e Maragogipinho vivem e trabalham em condições precárias, insalubres o que as tornam vulneráveis à ocorrência de acidentes e desenvolvimento de doenças em decorrência das práticas de trabalho e da exposição de contaminantes. A regularidade em que ocorrem os acidentes é reflexo da precarização das medidas de proteção. Assim, uma das formas de melhorar as condições de trabalho das marisqueiras é a identificação dos riscos aos quais estão expostas, assim como conscientizá-las da importância do uso dos EPIs.

As formas de poluição presentes na Baía de Todos os Santos são oriundas de empresas petroquímicas; atividade de produção em ação na região; e as mais diversas indústrias distribuídas pelos centros industriais do Recôncavo e região metropolitana, assim como pela intensificação no processo de urbanização nessas regiões. Contudo, a contribuição do Estado no sentido de prover a comunidade dos pescadores e marisqueiras com saneamento ou infraestrutura tem sido mínima para que exerçam as suas atividades ou prevenindo a instalação de indústrias que impactem menos os rios.

A presença desses contaminantes tem causando danos a fauna e a flora dos manguezais e aos próprios marisqueiros e pescadores que passam longas horas em contato com os contaminantes. Além de trazer serios danos a saúde, essas substância, também, impacta diretamente no meio de subsistência dessas famílias que tem o mangue como principal fonte de renda e importante fonte de alimentação. Com a mortandade das espécies tem se agravado a situação de precariedade dessas famílias que vivem imersas na informalidade de uma atividade precária sem perspectiva de outras opções de trabalho de trabalho formal.

O Estado ao responder as demandas postas constrói políticas sociais que revelam sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações-limite, em termos de sobrevivência, e direcionada aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Diante deste contexto a intervenção do Serviço social deve pautar-se pela busca na garantia aos direitos dos sujeitos envolvidos junto às políticas públicas. Sendo que tanto a educação formal quanto ambiental deve voltar-se para uma formação que vise ampliar o conhecimento do sujeito acerca da realidade que envolve a sua história, no bairro e na cidade onde vive. É nessa perspectiva que os pescadores e marisqueiras precisam ser convidados a participar da educação ambiental para que possam compreender os problemas socioambientais que estão a sua volta, dessa forma tornando-se cidadão crítico e capaz de intervir em sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. F. **A contaminação por chumbo em Santo Amaro-Ba**: a ciência e o mundo da vida no estuário do rio Subaé. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Escola de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ANDRADE, Cláudia Cristina Santos de. **Da casa à escola, da escola à maré**: representações femininas acerca da família e da educação formal na comunidade pesqueira de Acupe 2007 (Santo Amaro-Bahia).
- ASSUNÇÃO, João Vicente; PESQUIERA, Célia R. **Dioxinas e furanos**: origens e riscos. Rev. Saúde Pública 1999; 30(5): 523-530.
- AZEVEDO, Natália Tavares de. **O ajuste fiscal e a pesca Artesanal**- Le Monde Diplomatique, 2015. <https://diplomatique.org.br/o-ajuste-fiscal-e-a-pesca-artesanal>.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. **Recôncavo: território, urbanização e arquitetura**. In: CAROSO, Carlos.; TAVARES, Fátima.; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- ARATUÍPE. Bahia. **Lei nº 497** de 21 de fevereiro de 2007. Cria o Programa Pescar de incentivo aos Pescadores e Marisqueiras do Município de Aratuípe e dá outras providências. Suplemento Especial do Diário Oficial dos Municípios nº 19.374, 27 de março de 2007.
- FERNANDES, Francisco Rego Chaves; BERTOLINO, Luiz Carlos; EGLER, Silva Gonçalves. (eds.) **Projeto Santo Amaro – BA**: aglutinando ideias, construindo soluções – diagnósticos. 2ªEd. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2012).
- BAHIA PESCA. **A pesca na Bahia**. Disponível em: < <http://www.bahiapesca.ba.gov.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.
- BAIARDI, Almicar; SARAIVA, Luiz Fernando; ALMICO, Rita. **Gênese e transformação das empresas regionais**: o recôncavo baiano. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, Cachoeira, BA, UFRB, v.l., n.1, 2007.
- BANDEIRA, Fábio Pedro S de F.; BRITO, Ronan Rebouças Caires de. Comunidades pesqueiras na Bahia de Todos os Santos: aspectos históricos e etnoecológicos. In: CAROSO, Carlos.; TAVARES, Fátima.; PEREIRA, Cláudio. (Org.). **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- BARRETO, Mércia Ferreira; FREITAS, Maria do Carmo Sores. **Segurança alimentar e nutricional e contaminação ambiental**: tabu e estigma. Ciência & Saúde Coletiva, 22(2):527-534, 2016.
- BARRETO, Mércia Ferreira. **Segurança alimentar e nutricional e contaminação ambiental em uma comunidade de marisqueiras do município de Santo Amaro, Bahia**. – Salvador, 2015, 117p.

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da reforma da previdência na Seguridade Social brasileira.** In: Revista Psicologia & Sociedade. Jan/jun. 2003. P.57-96

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil:** conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Planejar qualidade:** em favor dos sistemas urbanos-regionais. Amargosa, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnica, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. A saúde das pescadoras artesanais atividade de pesca: mariscagem e pesca em mar aberto. Editora MS/CGDI, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm#art25.

CALAZANS, Roseni Santana. **Marisqueira é pescadora:** mulheres negras do quilombo de São Braz - Santo Amaro, Bahia. Revista da ABPN, v 9(23): 82-108. 2017.

CARDONA, Omar Dario. *La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad e riesgo “Una crítica y una revisión necesaria para la Gestión”.* Centro de Estudios sobre Desastres y Riesgos – CEDERI. Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia in: **International Work-Conference on Vulnerability in Disaster Theory and Practice**, 29 y 30 de julio de 2001. Wagerington, Holanda.

CARVALHO, S.C.; ALVES, F.; AZEITEIRO, U.M.; MEIRA-CARTEA, P.A., (2012) - Sociocultural and educational factors in the sustainability of coastal zones: Te Prestige oil spill in Galicia, ten years later. *Management of Environmental Quality*, 23(4):362–382. DOI:10.1108/14777831211232254.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA e SILVA, M. O. Recursos humanos e atividades de formação dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: _____. (Org.). Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005, p. 51-68.

CONCEIÇÃO, Nadia dos Santos da. **Cultura, Saúde e Meio Ambiente:** percepções de mulheres da Comunidade de Acupe – Santo Amaro (BA) sobre poluição. Dissertação (mestrado – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2017, 170f.

CUNHA, P.S.P.; ARAÚJO, P.S.P. **Laudo pericial de avaliação e quantificação da contaminação ambiental por chumbo e cádmio no município de Santo Amaro da Purificação – Estado da Bahia.** 167p, 2001.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; CARPI JR, Salvador. “Risco ambiental: conceitos e aplicações”. CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem [Online] Rio Claro/SP, Brasil, 2:2, p. 50-87, julho/dezembro 2007.

DIAS NETO, José. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2002.

FAO. Committee on Fisheries. Good practices in the governance of small-scale fisheries: sharing of experiences and lessons learned in responsible fisheries for social and economic development. Roma: FAO; 2011. 29º sessão, 31 jan/4 fev.

FAO. 2007. The world’s mangroves 1980-2005. FAO Forestry Paper 153. Food and Agricultural Organization, Rome, Italy. 77pp.

FASSARELLA, Simone Simões. **O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino / The woman’s labor as part of craft fishing: perceptions from women’s viewpoint**. **SER Social**. Brasília, v.10, n. 23, p. 171-194, jul./ dez. 2008

FONSECA, Áurea Cortes Nunes de Oliveira. **Aspectos do desenvolvimento regional no Recôncavo Sul Baiano: o caso do Município de Cachoeira – Bahia – Brasil**. Tese de doutorado. Universidade de Barcelona.2006. 343p.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 64-89.

GERMANO, Marcelo Gomes. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: Eduepb, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>>.

GRAMSCI, Antonio. Poder, política e partido. Tradução de Eliana Aguiar. Organização e introdução de Emir Sader. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBAMA. Informação Técnica ELPN/IBAMA N° 004/05. Brasília, MMA, 2005.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia. Cidades. <https://cidades.ibge.gov.br>. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990

JESUS, Roseni Santana de. **Por que a pescadora é marisqueira?** Identidade de gênero no quilombo de São Braz – Santo Amaro/Bahia. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal

do Recôncavo da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cachoeira, 2016, 166 f.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice Aparecida. **A interlocução do território na agenda das políticas sociais.** Revista Serviço Social e Saúde, Campinas, v. 9, n. 9, p. 69-81, jul. 2010.

KOGA, Dirce. **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais.** Serviço Social em Revista, v. 16, n. 1, p. 30, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa Qualitativa: um caminho para a intervenção profissional. In: **O social em questão.** Ano XI, p. 19, 2009.

MARTINI JÚNIOR, Luiz Carlos De. **Comunicação de riscos tecnológicos ambientais,** Revista Produção, Belo Horizonte, p. 135 - 143, 1995.

MELAZO, Guilherme Coelho, **percepção ambiental e educação ambiental:** uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. Olhares & Trilhas, Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

NASS, Daniel Perdigão. **O Conceito de Poluição.** Revista Eletrônica de Ciências. Número 13, novembro de 2002. Disponível em: http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_13/poluicao.html.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *Dados sobre a quantidade e o volume de pescados no mundo através da aquicultura.* Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/statistics/>. Acesso em: 04 mar. 2019

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de; SILVA, Vera Lúcia da. **O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967,** Sequencia (Florianópolis) nº65 Florianópolis Dec.2012, <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n65p329>.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. **Rainha das águas, dona do mangue:** um estudo do trabalho feminino no meio marinho. Rev. bras. estud. popul., Campinas-SP, 1993. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol10_n1e2_1993/vol10_n1e2_1993_artigo_71_88.pdf.

PACHECO, Rodrigo Stolze. **Aspectos da ecologia de pescadores residentes na Península de Marau-Ba:** pesca, uso de recursos marinhos e dieta. 2006. 68f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PEDRÃO, Fernando. **A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana.** In: CAROSO, Carlos.; TAVARES, Fátima.; PEREIRA, Cláudio. (Org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos.* Salvador: EDUFBA, 2011.

PEDROZA-JÚNIOR, H.S.; SOARES, M.G.; MELO-JÚNIOR, M.; BARROS, H.M.; SOARES, A. P. Aspectos etnobiológicos da pesca e comercialização de moluscos e crustáceos do Canal de 36 Santa Cruz, Itapissuma –PE, In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 1. João Pessoa, 2002. Anais. João Pessoa: UFPB, 2002. p.1-7

PENA, Paulo Gilvane Lopes; MARTINS, Vera; REGO, Rita Franco. **Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado:** o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.38, n.127, 2013.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares; CARDIM, Adryanna. **Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos:** estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.8, p.3383-3392, 2011.

RAMOS, Mônica Arlinda Vasconcelos. **Avaliação preliminar dos teores de metais traço em peixes e crustáceos provenientes da Porção Norte da Baía de Todos os Santos,** Bahia-Brasil. Dissertação Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, BA, 2012. 87p.

RAPÔSO, Áurea Luiza Quixabeira Rosa e Silva; KIPERSTOK, Asher; CÉSAR, Sandro Fábio. **Saneamento ambiental e lixo urbano:** uma reflexão a partir do pensamento de ciclo de vida. In: CONGRESSO BAIANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL – COBESA, I, Salvador, 2010. Anais eletrônicos. Salvador: UFBA, 2010, p. 1-5. Disponível em:http://teclim.ufba.br/site/material_online/publicações/pub_art110.pdf.

ROCHA, G.O. *et. al.* **Contaminação na Baía de Todos os Santos.** *Revista Virtual de Química*, v.4, n.5, p.583-610, 2012.

SANTOS, Leila Thaise Santana de Oliveira. **Análise da qualidade da água superficial do Rio Subaé, Bahia e influência do uso e ocupação do solo em seu entorno.** Dissertação em Ciências Agrárias. Universidade Federal de Feira de Santana. Março, 2013. 88p.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2009.

SILVA, E. *et. al.* **Assessment of essential elements and chemical contaminants in thirteen fish species from the Bay Aratu,** Bahia, Brasil. *Braz. J. Biol.*, 2016, vol. 76, no. 4, pp. 871-877.

SILVA, Vera Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regularização jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras,** 2012; encontrado em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/230/103>.

SILVA, Vera. Lucia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade: **O processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinenses e a indefinição de direitos trabalhistas e previdenciários** Pesquisas sobre Gênero e Direito. Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal da Paraíba. v. 5, n. 1, p. 138-167, 2016. Periódico do Núcleo de estudos Spaldin, M. D., Kainuma, M. & Collins, L. World atlas of mangroves. 319 pp. Earthscan, 2010

SOUZA, A. F. C. Caracterização molecular e avaliação de resistência a chumbo e cádmio em bactérias isoladas de rizosferas de plantas coletadas em Santo Amaro (BA). 2013.195p.

Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2013. S. Bayen, “Occurrence, Bioavailability and Toxic Effects of Trace Metals and Organic Contaminants in Mangrove Ecosystems: A Review,” Environment International, Vol. 48, 2012, pp. 84-101.

VASCONCELOS, Liliane Conceição de; ARANHA, Maria Lúcia Machado; LIMA, Séphora Vanessa Nascimento. Trabalho, meio ambiente e saúde em comunidades marisqueiras de Sergipe. **VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**; Eixo temático: Pesquisa fora do contexto educacional; São Cristóvão-SE, setembro de 2012.

WORLD Health Organization. **Lead poisoning and health**. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/lead-poisoning-and-health>. Acesso em: 15/07/2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistemas de Proteção Social, intersetorialidade e integração de políticas sociais**. Janeiro, 2012, Mimeografado.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Ser. Soc. Soc, São Paulo, abril/junho de 2012 n.110, pp. 288-322.

APÊNDICE

MARISQUEIRA I. Entrevista semiestruturada – Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

MARISQUEIRA II. Entrevista semiestruturada – Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

MARISQUEIRA III. Entrevista semiestruturada – Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

MARISQUEIRA IV. Entrevista semiestruturada – Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

MARISQUEIRA V. Entrevista semiestruturada – Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

MARISQUEIRA VI. Entrevista semiestruturada – Maragogipinho, 06 de março de 2019.

MARISQUEIRA VII. Entrevista semiestruturada – Maragogipinho, 01 de abril de 2019.

MARISQUEIRA VIII. Entrevista semiestruturada – Maragogipinho, 01 de abril de 2019.

MARISQUEIRA IX. Entrevista semiestruturada – Maragogipinho, 01 de abril de 2019.

MARISQUEIRA X. Entrevista semiestruturada – Maragogipinho, 01 de abril de 2019.

MARISQUEIRA XI. Entrevista semiestruturada – Maragogipinho, 01 de abril de 2019.

MARISQUEIRA XII. Entrevista semiestruturada - Santo Amaro, 14 de abril de 2019.

MARISQUEIRA XIII. Entrevista semiestruturada – Santo Amaro, 14 de abril de 2019.

MARISQUEIRA XIV. Entrevista semiestruturada – Santo Amaro, 14 de abril de 2019.

PESCADOR I. Entrevista semiestruturada. Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

PESCADOR II. Entrevista semiestruturada. Bairro Trapiche de Baixo - Rua do Conde, Santo Amaro, 10 de janeiro de 2019.

PESCADOR III. Entrevista semiestruturada. Maragogipinho, 06 de março de 2019.

PESCADOR IV. Entrevista semiestruturada. Maragogipinho, 06 de março de 2019.

PESCADOR V. Entrevista semiestruturada Maragogipinho, 06 de março de 2019.

PESCADOR VI. Entrevista semiestruturada Maragogipinho, 06 de março de 2019.

PESCADOR VII. Entrevista semiestruturada Maragogipinho, 06 de março de 2019.

PESCADOR VIII. Entrevista semiestruturada Maragogipinho, 06 de março de 2019.

APÊNDICE 2

Anexo-Roteiro de Entrevista

PERFIL SOCIAL

Nome do entrevistado (a)	
Idade	
Estado Civil	
Nível Escolaridade	
Naturalidade	
Nº de Filhos	
Ocupações	
Renda familiar aproximada	

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- O(A) senhor(a) é pescador(a)? Há quanto tempo?
- O(A) senhor(a) frequenta o manguezal? Se sim, por quê?
- Quais mudanças o(a) senhor(a) percebe no seu espaço de trabalho ao longo dos anos que frequentou ele?
- Existe poluição no seu ambiente de trabalho? O(A) senhor(a) consegue perceber essa poluição? Se sim, como?
- A sua vida foi afetada pela poluição? Como?
- O(A) senhor(a) desenvolveu algum problema de saúde após as mudanças ocorridas no seu ambiente de trabalho?
- O(A) senhor(a) reconhece alguma ação do poder público com o objetivo de melhorar a vida dos(as) pescadores(as)?
- Quais tipos de problemas o(a) senhor(a) enfrenta diariamente para conseguir o seu sustento?
- Recebe algum tipo de auxílio? Quais?

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa intitulado “OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA PERCEPÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA CIDADE DE SANTO AMARO E DO DISTRITO DE MARGOGIPINHO, EM ARATUÍPE-BA”. O presente trabalho pretende entender como a poluição e a contaminação dos manguezais têm contribuído para aumentar as condições precárias de vida das famílias que se sustentam através da pesca artesanal, principalmente ou não.

A pesquisa em questão, relacionada a um trabalho de conclusão de curso, está sendo realizada pela pesquisadora **Vilmaci Conceição de Jesus**, aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e está sob orientação e responsabilidade do Professor Dr. **Shanti Nitya Marengo**. Esse estudo tem por objetivos:

Objetivo geral: Entender como a poluição e a contaminação da Baía de Todos os Santos afetam as famílias de pescadores e pescadoras artesanais na cidade de Santo Amaro e no distrito de Maragogipinho na cidade de Aratuípe, na Bahia.

Objetivos específicos: A) Pensar como os pescadores e pescadoras artesanais percebem nas suas localidades os problemas ambientais. B) Observar como os pescadores e pescadoras elaboram formas de sobreviverem diante dos problemas ambientais. C) Analisar como os problemas ambientais afetam o modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. D) Identificar como as famílias dos pescadores e pescadoras são assistidas pelo Estado.

A sua participação (do entrevistado) acontecerá através de entrevista que se realizará possivelmente entre duas ou mais visitas. As entrevistas serão gravadas, mas somente após sua assinatura do termo de consentimento e esclarecimento. As informações que coletaremos através da entrevista estão descritas no roteiro de entrevista, **em anexo**.

Riscos possíveis relacionados à pesquisa em questão e as formas de evitá-los:

Constrangimento dos entrevistados, uma vez que algumas informações pedidas, na entrevista, poderão ser entendidas, pelo entrevistado, como sendo de sua intimidade, a ver por exemplo, sua renda. Outras informações poderão também constrangê-lo diante das pessoas que o conhecem, visto que o entrevistado admitir a poluição ou contaminação do seu ambiente de trabalho pode resultar no questionamento da qualidade do seu pescado, um problema que pode trazer ainda mais dificuldades a população de pescadores e pescadoras artesanais, caso seja divulgado de modo descomprometido e irresponsável por qualquer meio de comunicação atual. Uma forma dos entrevistados contornarem esses eventuais constrangimentos é se recusarem a responder as perguntas que os comprometam de algum modo. Caso respondam e reconsiderem depois de terem respondido, telefonem para a aluna Vilmaci Conceição de Jesus e/ou o professor responsável, Shanti Nitya Marengo, e peçam para descartarem a entrevista realizada e/ou para a refazerem, com o comprometimento, gravado no início da nova entrevista, dos entrevistadores em eliminarem e não usarem a entrevista realizada anteriormente.

Benefícios possíveis relacionados à pesquisa em questão:

A pesquisa contribui ainda mais - haja vista a existência de pesquisas com tema semelhante que já foram realizadas na mesma região - para o entendimento de uma situação que crescentemente fica mais grave. O detalhamento e o melhor conhecimento das condições de vida dos pescadores e pescadoras artesanais podem ajudar na elaboração de políticas públicas mais adequadas, assim como contribuir para os próprios trabalhadores da pesca criarem mais

argumentos na construção de novas reivindicações e no fortalecimento daquelas possivelmente já existentes.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o segredo de sua participação e não causar nenhum possível constrangimento. Também o pesquisador responsável se comprometerá em destruir as entrevistas em questão após cinco anos, durante os quais estarão em sua posse exclusiva.

O pesquisador responsável se comprometerá a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos [ou instituições] participantes.

A sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, o(a) senhor(a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. É importante que o(a) senhor(a) esteja ciente que pode abandonar esta pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sofrer quaisquer punições ou constrangimentos. As entrevistas serão realizadas nos horários de melhor comodidade para o(a) senhor(a), em local de sua preferência a fim de preservar a sua absoluta privacidade. A sua participação não é remunerada e nem implicará em gastos da sua parte.

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas a sua, e a outra, do pesquisador responsável. Seguem os telefones e o endereço da pesquisadora e do pesquisador responsável, com os quais você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Declaro (o/a entrevistado/entrevistada) que entendi os riscos, objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Participante da pesquisa

Vilmaci Conceição de Jesus
Pesquisadora

Shanti Nitya Marengo
Professor orientador/Pesquisador responsável

_____, _____ de _____ de 2019

Contatos:

Pesquisadora: Vilmaci Conceição de Jesus

Email: vilmacijesus@gmail.com

Telefone: (75) 98208-9741

Endereço: rua Mestre Irineu Sacramento, s/n, Centro, Cachoeira-BA,

Professor orientador/pesquisador responsável: Professor Dr. Shanti Nitya Marengo

Email: smarengo@gmail.com

Telefone: (71) 99128-2212

Endereço: rua do Imperador, nº 9, Centro, Santo Amaro-BA

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Telefone: (75) 36216850

Email: eticaempesquisa@ufrb.edu.br

Endereço: rua Rui Barbosa, nº 710, Centro, (prédio da Reitoria), Cruz das Almas-BA.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora Vilmaci de Jesus ou seu professor orientador, Shanti Marengo, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRB.

Caso o entrevistado – pescadora ou pescador artesanal – demonstre algum problema de saúde durante o contato com os pesquisadores, fornecer contato e/ou endereço do posto de saúde ou Unidade da Saúde da Família (USF) mais próximos. Se for marisqueira, fornecer também folder explicativo.

Endereços de PS e de USF no município de Santo Amaro:

- USF Dr. Antônio Balbino. End.: Rua Rui Barbosa, bairro Caixa D'Água. Tel.: (75) 3241-7171
- USF Dr. Ranulfo Paranhos. End.: Av. João Soldado, bairro Trapiche de Baixo. Tel.: (75) 3241-7004
- USF João Felipe Rastelli. End.: BR 026 Km 22, distrito de Acupe. Tel.: (75) 3201-2027
- USF Berchris Moura Requião. End.: Rua da Rodagem, distrito de Acupe. Tel.: (75) 3241-8429
- USF Valter Figueiredo. End.: Povoado de Sítio Camaçari. Tel.: (75) 3241-8629
- USF Elvira de Araújo Queiroz. End.: Rua Botafogo, bairro do Sacramento. Tel.: (75) 3241-7007
- PS Alberto da Silva. End. Povoado Bângala. Não tem telefone.
- Centro de Saúde Regis Pacheco. End.: Praça da Purificação, Centro. Tel.: (75) 3241-6990
- USF Prof. José Silveira. End.: Rua do Sinimbu, bairro Sinimbu. Tel.: (75) 3241-7003
- USF Dr. Clovis Silva Lopes. End.: Povoado de São Braz. Tel.: (75) 3216-1093
- USF Dr. Clodomir Azevedo Lopes. End.: Povoado de Pedras. Tel.: (75) 3241-1576
- USF Edval Carlos Barreto. End.: Rua Rui Barbosa. Tel.: (75) 3241-8600
- USF no distrito de Maragogipinho. End.: Rua Luís dos Santos, sem número. Não tem telefone.